O VENENO DO ÓDIO

Estimulados pelos Bolsonaros, os apoiadores do presidente apelam para a baderna, acampam em quartéis e insistem no golpismo. É hora dessa turma enfrentar a Justiça e arcar com as consequências dos seus atos de violência e perturbação da ordem pública

Olimpio

focus BRASIL

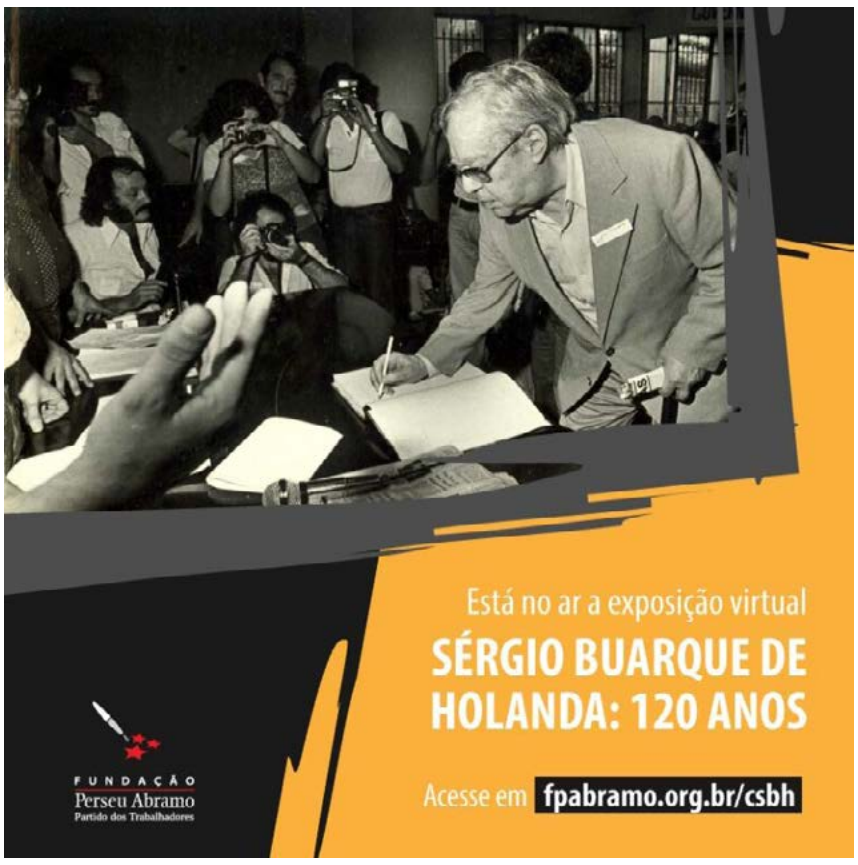
Fundação Perseu Abramo 5 de Dezembro de 2022 Nº 76

Entrevista: Guilherme Mello revela o legado de Bolsonaro

Porque a PEC do Bolsa Família é fundamental para Lula

Bomba! Faltam vacinas e governo corta dinheiro do MEC

Os livros-reportagem voltam ao mercado com força



focus BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo
Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice
Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.
Produção: Oficina da Notícia
Editor Responsável: Olímpio Cruz Neto
Colaboradores: Artur Araújo, Danilo Molina, Isaías Dalle, Nathalie Nascimento, Pedro Camarão e Ricardo Stuckert

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aloizio Mercadante
Vice-presidenta: Vivian Farias
Diretoras: Elen Coutinho e Jéssica Italoema
Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar, Geraldo Magela e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta de honra: Dilma Rousseff
Presidente: Fernando Haddad
Conselheiros: Ana Maria de Carvalho Ademar, Arthur Chioro dos Reis Fontenele, Arlete Sampaio, Azilton Viana, Camila Vieira dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto, Eleonora Menicucci, Eliane Aquino, Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando Pimentel, Fernando Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada, José Roberto Paludo, Lais Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho, Sandra Maria Sales Fagundes, Sérgio Nobre, Teresa Helena Gabrielli Barreto e Vladimir de Paula Brito

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário), Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas (Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres), Nádia Garcia (Juventude), Nilto Ignacio Tatto (Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br
Telefone: (11) 5571-4299
Fax: (11) 5573-3338
Endereço: Rua Francisco Cruz, 234
Vila Mariana
São Paulo (SP) – CEP 04117-091

DEMOCRACIA SEMPRE

Alberto Cantalice

A vitória de Luiz Inácio Lula da Silva abre uma imensa expectativa de novos ares no conturbado período golpista que se iniciou nas "marchas de 2013" e que teve como destino final a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. O desmonte do Estado, a interferência política nas policiais, a normalização do armamentismo, a 'debacle' nas contas públicas e a disseminação do ódio como carro chefe do governo legam ao presidente eleito um desafio para lá de desafiador.

Um país que saíra do Mapa da Fome da ONU, nos governos do PT, será entregue com mais de 30 milhões de brasileiras e brasileiros na mais extremada miséria. Uma vergonha!

O descalabro na saúde pública descoberto pela transição pôs luz sobre o verdadeiro genocídio praticado pelo atual governo no período da pandemia, cujo morticínio só não foi maior do que o pornográfico número de 700 mil mortos pela ação dos profissionais do SUS e de prefeitos e governadores que se insurgiram contra o negacionismo bolsonarista.

A ação criminosa do atual governo quanto ao armamento da população civil é responsável por uma espiral de violência sem paralelo na história do país. Episódios de ataques em massa por "lobos solitários" ou neonazistas; o desvio de armas pelos chamados CACs para o crime organizado; o aumento exponencial dos casos de feminicídio e crimes de trânsito fazem parte da herança maldita do fascismo tupiniquim.

Para coroar o circo dos horrores, vemos a presença dos "patriotas" nas portas dos quartéis a pedir um criminoso e ilegal golpe militar, ao arrepio da lei e da Constituição, inconformados com a derrota eleitoral do capitão em um processo eleitoral legítimo reconhecido atestado e aprovado nos quatro cantos do mundo.

As forças progressistas que se articularam em torno da chapa Lula-Alckmim, principalmente no segundo turno do pleito, devem manter-se vigilantes e mobilizadas em defesa do restabelecimento do Estado Democrático de Direito e do cumprimento do programa apresentado.

É intolerável que a democracia duramente conquistada no pós ditadura (1964-1985) tenha que permanentemente conviver com uma "espada de Dâmocles" sobre a cabeça.

Só o cultivo das práticas democráticas e a luta pela inclusão e incorporação do conjunto do povo brasileiro, e em especial dos mais vulneráveis na sociedade civil, é que conseguiremos elevar o Brasil à condição de player mundial e de campeão da solidariedade.

Nós acreditamos!

NESTA EDIÇÃO

A SEMENTE DO ÓDIO

Lula ganhou as eleições, mas a extrema-direita alimenta apoiadores a irem para a frente dos quartéis defender um golpe militar. Basta de ameaças!

ENTREVISTA. Guilherme Mello diz que Bolsonaro devastou programas sociais

GOLPISTAS. Jornalistas abraçam o bolsonarismo e destilam ódio e rancor

BOLSONARISMO. O MPF investiga quem banca os atos contra a democracia

RADICALISMO. Em alguns estados, extremistas chegam à violência absurda

ATENTADO. No Espírito Santo, adolescente entra em escola e mata 4 pessoas

TCU. Não há qualquer tipo de controle do Estado das armas nas mãos de civis

ORÇAMENTO. PEC vai permitir recompor verbas para investimento e social

POBREZA. IBGE mostra que a pobreza cresceu. Uma obra de Bolsonaro

TERRA ARRASADA. Falta dinheiro na educação, na saúde e há risco de apagão

HISTÓRIA. As conferências da Assistência Social e da Saúde realizadas com Lula

ARGENTINA. Justiça vai julgar militares que fizeram a chacina da Calle Corro

CULTURA. O mercado editorial é sacudido pelos livros-reportagem

MÚSICA. Revolver, dos Beatles, ganha reedição histórica e expandida

"LULA TEM CAPACIDADE PARA TRANSFORMAR A SITUAÇÃO DO BRASIL"

Professor da Unicamp e integrante do grupo de economia da equipe de transição, Guilherme Mello diz que a situação do governo é trágica. Ele diz que faltam recursos para programas básicos nas áreas de saúde, educação e assistência social, e que a PEC do Bolsa Família é fundamental para reorganizar o Estado. "Houve o desmonte de programas sociais e os recursos foram cortados severamente pelo governo Bolsonaro", denuncia

Alberto Cantalice e Pedro Camarão

O gabinete de transição, coordenado por Geraldo Alckmin, Aloizio Mercadante e Gleisi Hoffmann, tem se deparado com situações preocupantes em todas as áreas do governo. Falta verba no orçamento público para praticamente todos os programas sociais, serviços públicos e instituições governamentais. Por isso, o economista Guilherme Mello argumenta que o estouro do Teto de Gastos não é uma escolha do governo eleito e muito menos uma expansão fiscal. O que acontece é que o governo Bolsonaro fez do Orçamento de 2023 uma verdadeira "peça de ficção". A lei do orçamento não é capaz de custear o Estado brasileiro.

Integrante do grupo de trabalho da Economia, Guilherme considera que as preocupações que têm gerado solavancos no mercado sejam movimentos de especulação que não levam em consideração as declarações de Paulo Guedes. O ministro da Economia já tinha apontado que seria necessário furar o teto de gastos em 2023. Algo que ele mesmo fez em todos os anos em que esteve à frente do Ministério da Economia. Mas não é só isso. "Esse ente abstrato que chamamos de mercado" também desconsidera o que foram os governos Lula e os de Alckmin "do ponto de vista da responsabilidade fiscal".

Nesta entrevista à **Focus Brasil**, Guilherme aborda ainda o momento delicado que o mundo deve atravessar no início de 2023 e da "capacidade e experiência" que Lula e pode fazer com que o Brasil aproveite oportunidades importantes e saia da atual crise.

Focus Brasil – Como tem sido o trabalho na transição? A gente realmente vai ter uma herança maldita?

Guilherme Mello – Os grupos de trabalho de transição, são mais de 30, têm funções bem definidas pela coordenação. Tanto a coordenação técnica que é do Aloizio Mercadante, quanto a coordenação-geral do vice-presidente Geraldo Alckmin. O primeiro passo

Reprodução

é fazer um diagnóstico de cada área, os potenciais desafios imediatos que elas apresentam, os problemas que podem vir a apresentar nos primeiros meses de governo, e também entender, evidentemente, o modo de funcionamento, organização, e a própria institucionalidade de cada área. Houve muitas mudanças na organização dos ministérios e da máquina pública nos últimos anos. Em muitos casos, isso pode ter gerado problemas, tirado protagonismo de áreas e setores que nós entendemos como importantes. Então, dadas as tarefas iniciais, estamos trabalhando, fazendo reuniões, recebido sugestões, muitos pedidos de reunião. Temos feito alguns pedidos de informação para o governo que vão nos ajudar a montar os relatórios que nos cabem. É um período muito curto. E temos que montar o diagnóstico mais profundo possível, mais transparente, que revele todos os desafios de cada área e, também, eventualmente, fazer sugestões de mudanças organizacionais, de revisões legais, normativas.

Na economia, isso também passa por pensarmos alguns dos temas que estão presentes no debate público, como a questão do ordenamento fiscal. E aí

não estou falando só do ordenamento com relação às despesas, as regras ou o chamado "arcabouço fiscal" que envolve também a forma de construção do orçamento, mas também o lado das receitas, a famosa reforma tributária. Então, existem esses dois aspectos. Por um lado, é um diagnóstico para identificar desafios, fragilidades, dificuldades, problemas que possam estar no horizonte de curto prazo da gestão pública. Uma avaliação sobre a organização do Estado em cada área e, eventualmente, sugestões para temas que a gente considera que possam colaborar com o novo governo.

– A gente tem visto através da mídia uma grande preocupação com relação à questão da saúde, da educação... A herança que vamos receber, que o gabinete de transição está conseguindo levantar sobre as contas. Como está esse rombo? Isso vai criar dificuldade para a retomada dos programas fundamentais nessas e em outras áreas?

– O que nos chama muito a atenção não é só o desmonte que foi feito nos últimos anos em vários setores, políticas, a redução de recursos aportados para programas sociais – saúde, educação, agricultura familiar e tantos outros. O que chama atenção, principalmente, são os desafios que estão no projeto de Lei Orçamentária de 2023, que não prevê recursos suficientes para demandas e programas sociais, como Farmácia Popular, merenda escolar, cirurgias no SUS, tratamento do câncer e tantos outros, além do próprio Auxílio de R$ 600. Ele não está presente no Orçamento enviado pelo Bolsonaro ao Congresso. Então, estamos fazendo um levantamento da trajetória do financiamento de cada programa na sua área, mas também uma coisa um pouco mais prospectiva. Quer dizer, qual é o orçamento previsto para o ano que vem e como isso vai afetar o próprio funcionamento e existência de vários programas. Obviamente, a partir daí, faremos as sugestões de recomposição, fortalecimento do orçamento desses programas. Essas

sugestões vão ser levadas em consideração não só pelo gabinete de transição, como pelos novos ministros e, principalmente, na discussão sobre a abertura de um espaço fiscal para a reconstrução do orçamento federal. Você vai ter que recompor e reconstrui-lo porque aquilo é uma peça de ficção.

– Há receio do mercado com relação a qualquer possibilidade de aumento da dívida pública. Há razões para esse desespero?

– A primeira coisa que é importante lembrar é que eu não acredito que nenhum governo gostaria de ter que negociar uma PEC antes mesmo de iniciar o seu mandato, de tomar posse. Nenhum governo gostaria desse cenário. Porém, é necessário porque quem deixou o estouro não foi o novo governo, foi o atual ao enviar uma Proposta de Lei Orçamentária ao Congresso que prevê uma contração fiscal, ou seja, uma queda nas despesas públicas de algo próximo a 1,5% do PIB, 1,4% do PIB em grandes números. Veja, uma contração fiscal que não garante recursos para uma série de programas sociais fundamentais para a garantia de cidadania e de vida digna para milhões de brasileiros. E, ao mesmo tempo, num momento de desaceleração econômica. A gente sabe que o crescimento do país tem desacelerado e tende a desacelerar bastante no último trimestre de 2022. Ou seja, você vai reduzir investimento, reduzir gastos sociais, reduzir a transferência de renda num momento em que a economia está desacelerando, não faz o menor sentido. Mas é isso que está no PLOA enviado pelo governo Bolsonaro. Então, essa PEC é uma necessidade do país, não do governo Lula e é uma decorrência, em primeiro lugar, do teto de gastos, que já acabou na prática, mas segue gerando esse tipo de problema recorrentemente, obrigando o governo a pedir PEC atrás de PEC. Só no governo Bolsonaro foram três ou quatro, se não me engano.

O que estamos discutindo agora no Congresso é uma forma de garantir que os programas sociais conti-

nuem funcionando, operando numa capacidade necessária para atender a população. E, ao mesmo tempo, evitar uma forte contração fiscal em um momento de desaceleração econômica que qualquer macroeconomista sabe que tende a ser muito contraproducente. Mesmo os defensores da tese da contração fiscal expansionista teriam, digamos assim, reticências ou dúvidas em relação a essa estratégia no cenário brasileiro atual, de desaceleração e de pobreza e fome. Estamos fazendo um esforço político inédito. Não me lembro de nenhum governo recém-eleito ter que aprovar uma PEC no Parlamento, será a primeira vez, se não me engano, desde a redemocratização. E estamos fazendo esse esforço para garantir a continuidade dos programas, o bem estar da população e para qualificar o orçamento e o debate sobre regras fiscais e leis orçamentárias. Não é viável que a gente continue de PEC em PEC.

TEMOS MUITOS DESAFIOS QUANTO AO ORÇAMENTO DE 2023. PORQUE A LEI NÃO PREVÊ RECURSOS SUFICIENTES PARA AS DEMANDAS. É PEÇA DE FICÇÃO

– O primeiro e o segundo governos Lula fizeram superávit primário, começaram a montar esse "colchão" que são as reservas cambiais. Lula sempre disse que "ninguém pode falar em responsabilidade fiscal comigo porque eu, na prática, fui o governo que primou pela responsabilidade fiscal". Por outro lado, qualquer declaração que o Lula dê o "mercado" reage com esses soluços. Isso é o capital especulativo? Porque não tem nenhum fundamento que leve a essa alta do dólar, a essa baixa da bolsa. Parece uma reação

artificial, organizada para criar instabilidade no mercado...

– Esse debate sobre a necessidade que haveria de se aprovar um espaço para além do teto de gastos e garantir os programas sociais estava colocado desde antes das eleições. Inclusive, o próprio [Paulo] Guedes falou que se Bolsonaro ganhasse, faria isso. Mas não só isso. Ele fez isso por várias vezes ao longo do mandato de Bolsonaro. Em todos os anos, o governo Bolsonaro furou o teto. Ao todo, foram mais de R$ 800 bilhões gastos acima do teto, sendo R$ 170 bilhões em um ano eleitoral, algo inédito na história. Então, essa realidade já era conhecida. Está havendo agora muita especulação sobre os significados ocultos que o mercado tenta sondar, "quem vai ser o ministro", "qual vai ser o tamanho da PEC"... Esse processo também revela uma diferença entre o tempo da política e o tempo dos mercados.

Nos mercados, as oscilações podem fazer alguém ganhar ou perder muito dinheiro em questão de horas, minutos. Já o tempo da política é diferente. O tempo da política é o tempo do diálogo, da construção dos consensos. É o tempo da negociação sobre temas decisivos. Enquanto o processo de negociação, de formulação, de debate ocorre, o "mercado" que é esse ente abstrato que a gente chama de mercado, mas que na verdade são milhares de pessoas tentando adivinhar qual é a direção do novo governo, vão especulando; "eu acho que vai para lá", "você acha que vai pra cá". Cada um faz uma aposta numa direção e vão tentando. E a própria imprensa se envolve nesse processo ao tentar todo dia especular quem serão os ministros. Nomes já foram cogitados para umas cinco pastas diferentes.

É um processo que a gente tem que compreender. Obviamente é desejável que se minimizem as incertezas. A comunicação, a explicação das medidas é importante. Mas volto ao que você disse: também seria prudente que aqueles que estão especulando sobre os rumos do governo, que olhassem para

o que foram os governos Lula e Alckmin do ponto de vista da responsabilidade fiscal. De fato, não conhecemos o futuro, mas o passado pode ser um bom guia para entender o que vai acontecer. Ele não é um guia perfeito porque as circunstâncias mudam, mas nos ajudam a ter uma leitura de como cada ator, cada personagem, se comporta. Se você olhar os governos Lula, vai ver que o comportamento do ponto de vista fiscal é inabalável, inatacável, porque reduziu a dívida líquida quase que pela metade, acumulou mais de US$ 350 bilhões de reservas, pagou o FMI e conseguiu produzir superávit primário todos os anos. É evidente que, dada a herança que a gente recebeu, a trajetória da economia não será igual a de 2003 até 2010.

A PEC TENTA GARANTIR QUE OS PROGRAMAS SOCIAIS CONTINUEM FUNCIONANDO PARA EVITAR UMA PIORA NA VIDA DO POVO BRASILEIRO

Muito provavelmente você vai começar no próximo ano com um resultado primário deficitário. Agora, o resultado final, ao longo dos anos, depende muito da capacidade do governo de reconstruir as condições de crescimento econômico, aprovar as reformas necessárias, por exemplo, a tributária, fazer os investimentos, atrair estrangeiros. Então, realmente acredito que se os atores olharem para trás e olharem para o que o presidente Lula e o vice-presidente Alckmin estão falando para frente, poderia reduzir esses ruídos que estão muito ligados, como falei, a movimentos especulativos acerca de temas que às vezes nem estão sendo discutidos ou que não estão definidos ainda, como por exemplo, o nome do ministro da Fazenda.

– Esse momento também é inédito por causa de um consenso que parece existir sobre a necessidade de se concentrar esforços nos gastos sociais. No entanto, os economistas ligados ao mercado financeiro se mostram pouco receptivos a uma atuação do Estado. Então, existe a diferença do tempo do mercado e do tempo da política que você mencionou, mas me parece também existir uma diferença de concepção sobre o papel do Estado...

– Essa diferença de concepção sobre o papel do Estado e o papel da moeda numa economia de mercado, ou como alguns preferem chamar de economia capitalista, é exatamente o que diferencia e explica 90% ou 80% das diferenças de visões das escolas econômicas. Então, ela sempre vai estar presente. Agora, como você diz, me parece que os consensos não se dão entre economistas, é a sociedade que faz as escolhas. E, no caso de sociedades democráticas, fazem no processo eleitoral. E quando a sociedade escolhe eleger pela terceira vez um presidente que tem como sua marca o combate à pobreza, à fome, a garantia de acesso à educação, o investimento social e o papel do Estado como indutor do investimento produtivo, isso é um recado claro sobre o rumo que a sociedade decidiu. É tão claro que, por exemplo, hoje pouca gente questiona a necessidade de um programa robusto de transferência de renda. Quando o Bolsa Família foi criado, com valor muito menor, era alvo de profundos questionamentos. Hoje, pouca gente o questiona porque foi bem sucedido e conseguiu acabar com a fome. Mas não foi só o Bolsa Família que acabou com a fome, foi um conjunto de políticas sociais e econômicas que permitiram a inclusão de milhões de brasileiros no que nós chamamos de mercado de consumo e nas garantias de cidadania.

Então, quem é o mediador entre essas visões? "Ah, eu gosto de um Estado mais ativo ou de Estado menos ativo". O mediador é a política, é o processo

eleitoral. Elegemos um governo que tem esse compromisso e avisou durante toda a eleição que teria esse compromisso, que garantiria os R$ 600, e daria um extra por criança até 6 anos, e voltaria a investir em educação. Então, também é preciso se entender que esses compromissos assumidos não são muito diferente dos assumidos pelos países desenvolvidos com as suas populações, e precisam ser viabilizados do ponto de vista orçamentário. Claro, não se vai resolver todos os problemas em um ano, em dois anos, nem em quatro anos. Mas temos que caminhar na direção escolhida pela população e, para isso, é necessário recompor esses programas, refinanciá-los, sempre tendo em consideração que esse financiamento não vai levar a uma trajetória insustentável das finanças públicas, nem vai gerar grandes impactos inflacionários. Um dado importante para esse debate é sobre a participação da despesa no PIB. Hoje, pelos últimos dados que a gente tem, está em torno de 19% do PIB.

O DESAFIO É CONSTRUIR UM ARCABOUÇO FISCAL QUE TENHA CREDIBILIDADE, DURABILIDADE E COMBINE RESPONSABILIDADE SOCIAL E FISCAL

Quando você propõe algo entre R$ 150 bilhões, R$ 160 bilhões ou R$ 140 bilhões além do teto do ano que vem, estamos falando na verdade em neutralidade fiscal. Está se falando em algo que vai manter a mesma participação das despesas em relação ao PIB. Desse ponto de vista, a PEC é neutra. Neutralidade do impacto desse extra-teto nos gastos em proporção do PIB. Não vejo isso como uma fonte de preocupação permanente porque o que estamos tentando fazer é combinar responsabilidade social, ou seja, a

necessária recomposição do orçamento público nos programas sociais estratégicos e no investimento público, que também tem impactos sociais e sobre produtividade importantes, com a necessidade de uma responsabilidade fiscal em propor algo que não vá extrapolar os limites razoáveis para manter a estabilidade macroeconômica, da inflação, do câmbio, e de outra variável. Este é o grande desafio e é isso que a gente está discutindo no Parlamento.

– Paulo Guedes tinha colocado 17,5% dos gastos e a transição descobriu uma folga de 19%. O que significam no orçamento público?

– A gente está falando de gasto primário do governo federal. Não tem a conta de juros. Se incluir juros, claro que é muito maior porque nossas taxas estão muito elevadas. Aí vai ter mais 6%, 7%, 8% do PIB em juros já incluindo as perdas com swap cambial que o Banco Central fez. Desse ponto de vista, um dos temas para discutir é como recompor o orçamento dos programas, garantir cidadania e dignidade sem gerar desvalorização do câmbio, aumento da inflação, etc. E é isso que a gente está propondo, mas ao mesmo tempo também, como, a partir do momento que estabilizar a inflação e começar a reduzi-la, será preciso reduzir a taxa de juros. Porque isso, do ponto de vista fiscal, tem um impacto relevante. E o Banco Central teve que elevá-la durante os últimos tempos como a principal forma de combater as pressões inflacionárias. Outros bancos centrais do mundo também estão em processo de elevação de juros, mas já há uma perspectiva de que a partir de meados do ano que vem, por volta de maio, os países envolvidos e, eventualmente, o Banco Central brasileiro possam começar a reduzir a taxa de juros, o que também dá uma ajuda, do ponto de vista fiscal, para todos.

– A nova âncora fiscal vai ser construída num processo mais ou menos parecido como esse da PEC, com a participação do Congresso, ou o

governo já vai enviar uma proposta fechada?

– A gente deveria, já que vai ter que aprovar a PEC, que não é algo trivial, aproveitar a oportunidade e retomar uma possibilidade que estava presente na proposta original do teto de gastos que é rever a regra por meio de projeto de lei complementar. Acho que essa possibilidade está colocada, vai depender das negociações no parlamento. Caso a gente avance por esse caminho, isso abre a perspectiva de, a partir do ano que vem, com um novo Congresso, com o presidente empossado, ministro indicado, abrir um processo de diálogo com a sociedade e o parlamento para discutir um novo regime fiscal, uma nova regra que se coadune com o que está se fazendo hoje no mundo e as necessidades do Brasil. Até por isso, é importante que a PEC tenha um prazo maior do que um ano. Por quê? Porque você pode falar, "pô, mas aí você vai ter um ano para aprovar", na verdade, não. O projeto da LDO, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, tem que ser enviado ao Congresso em meados de abril.

Isso cria um calendário muito apertado para uma discussão tão importante quanto essa. Então, é importante que se tenha um prazo mais dilatado para fazer uma discussão séria, robusta e democrática sobre o arcabouço fiscal. E, uma vez aprovado, que sirva de referência para a LDO e para a PLOA dos próximos anos. É importante que isso ocorra. E, nesse processo, claro, o Executivo, o novo governo, não deve se furtar a participar, a propor, a dialogar, a colocar as suas posições sobre esse e outros temas, como a reforma tributária e outras mudanças legislativas importantes. É um processo de diálogo e negociação. Não é só a vontade de um economista ou outro. É, na verdade, fruto de um diálogo com a sociedade, com o parlamento, para construirmos um arcabouço fiscal que tenha credibilidade, durabilidade e que coadune responsabilidade social com responsabilidade fiscal, que é o que todos nós desejamos.

– Qual é o cenário considerado para 2023? Muitos analistas falam que vai ser um ano difícil por causa da desaceleração global...

– O ano de 2023 traz uma série de desafios. O primeiro é o de reconstruir o orçamento. O segundo é lidar com o cenário internacional, que, pelo menos no primeiro semestre, tende a ser difícil mesmo. Por um motivo muito simples, os Estados Unidos estão desacelerando, a China está às voltas com uma onda de Covid e também tem uma perspectiva de desaceleração, a Europa segue sofrendo as consequências da Guerra da Ucrânia, que obviamente tem impacto em preços de combustíveis, de energia, impacta o próprio crescimento europeu. A Alemanha, por exemplo, tem sofrido muito com o preço do gás. Então, o cenário no primeiro semestre, em particular, exige habilidade. Não é que os ventos vão estar necessariamente a favor do Brasil. O país está desacelerando já agora, no final do ano. É um processo de que vai ser conjugado com o do resto do mundo que também já está ocorrendo e vai vir mais forte no primeiro semestre. Agora, isso não quer dizer que o país não tenha oportunidades que possa aproveitar para muito rapidamente superar essas dificuldades e retomar o caminho do desenvolvimento.

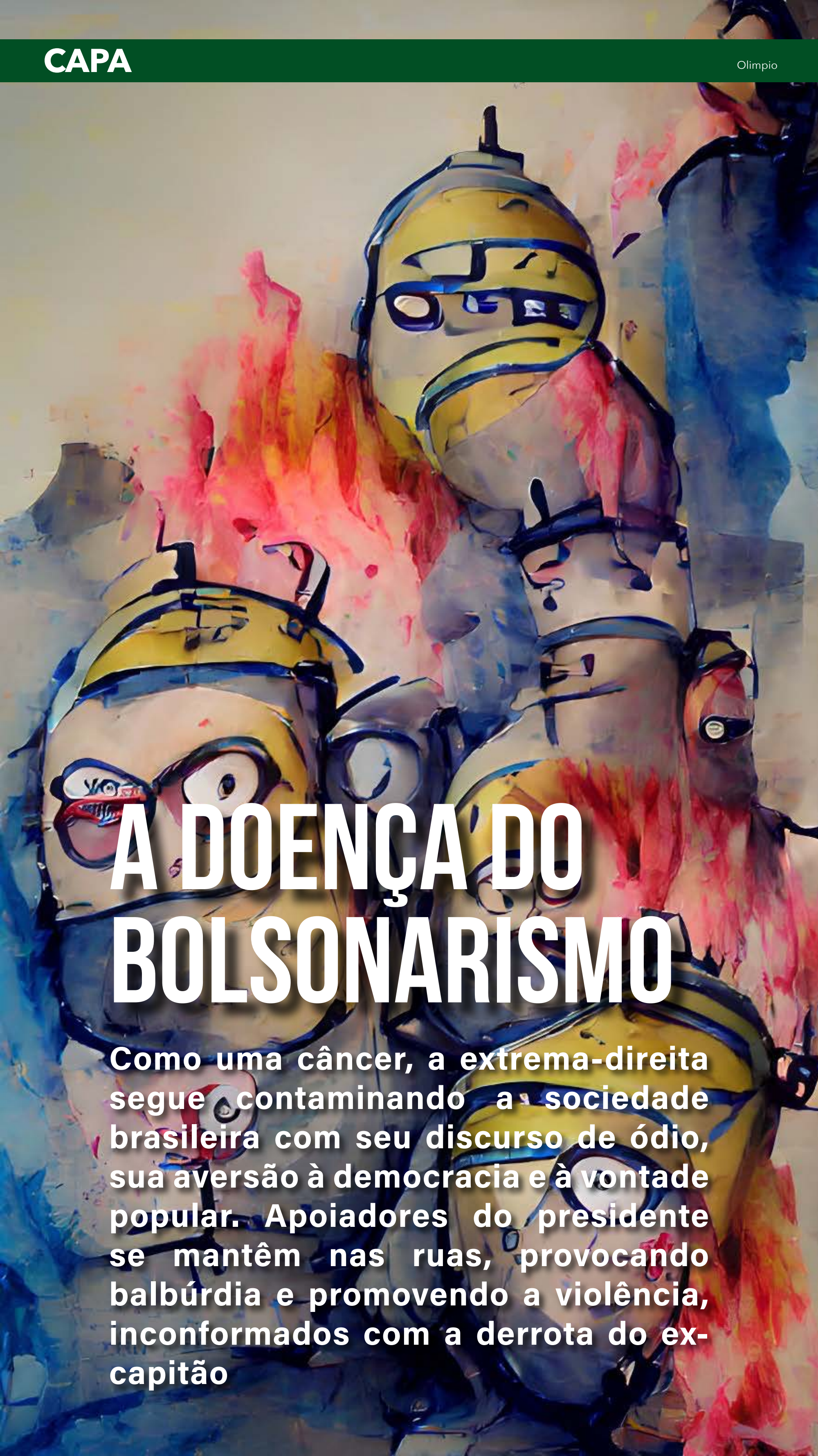
BRASIL DEVE ATRAIR INVESTIMENTOS PELA MUDANÇA NA AGENDA AMBIENTAL E TAMBÉM PELAS ENERGIAS RENOVÁVEIS

Vou citar apenas algumas aqui, por exemplo, no âmbito ambiental. A quantidade de investidores dispostos a voltar a colocar dinheiro no Brasil graças à mudança de postura do governo é algo

muito importante. O próprio Fundo Amazônia. Já foi anunciado que, com o novo governo, Alemanha e Noruega vão desbloquear bilhões de reais em investimentos. Mas não é só na área ambiental. Energias renováveis, novas tecnologias. Temos muitas carências que revelam também demandas da sociedade e, se o governo souber se coordenar para atender essas demandas sociais, pode também atrair investimentos e empresas. Há muitas oportunidades colocadas pela frente. Isso não quer dizer que as tendências se revertam em questão de dias, meses. Mas o presidente Lula tem toda a experiência e capacidade para construir as condições de reverter esse momento inicial de dificuldade e recolocar o país no caminho do desenvolvimento e é o que eu acredito que vai acontecer.

– E quais reformas são prioridades?

– Primeiro, a reforma do arcabouço fiscal, que já está presente na discussão da PEC. Não a reforma em si, mas a possibilidade de aprovar um novo arcabouço por lei complementar, que é o que existia no texto original e o Guedes tirou. E a reforma tributária. Acho que a reforma tributária deveria ser uma prioridade do próximo governo porque o nosso sistema tributário é caótico, tira a competitividade da nossa economia e é profundamente injusto. •



A DOENÇA DO BOLSONARISMO

Como uma câncer, a extrema-direita segue contaminando a sociedade brasileira com seu discurso de ódio, sua aversão à democracia e à vontade popular. Apoiadores do presidente se mantêm nas ruas, provocando balbúrdia e promovendo a violência, inconformados com a derrota do ex-capitão

Reprodução

VIVANDEIRAS Vestindo camisa verde e amarela, munidos de bandeiras do Brasil, bolsonaristas acampam em frente ao quartel do Exército, em Brasília. Aos berros, clamam por um golpe militar que impeça a posse de Lula

A derrota de Jair Bolsonaro tirou de circulação o presidente, que agora só aparece em público em raras ocasiões, em um silêncio obsequioso que deixou muitos jornalistas e comentaristas políticos felizes. Mas os bolsonaristas estão espalhados pelo país, inquietos, alimentando-se das fake news distribuídas pelo gabinete do ódio e dispostos a cometer atentados e todo tipo de loucura. É como um câncer em metástase, destilando ódio, servindo-se de conspirações manipuladas por penas de aluguel e sendo cevados por extremistas, que os estimulam a praticar atos terroristas.

Em algumas capitais, os bolsominions estão acampados em frente a quartéis do Exército, clamando por um golpe de Estado que impeça o presidente Luiz Inácio Lula da Silva de tomar posse em 1º de janeiro de 2023. Quando não estão bradando o SOS Forças Armadas, estão pedindo a prisão do presidente do TSE, o ministro Alexandre de Moraes e a "intervenção" das FFAA.

Aos olhos de correspondentes estrangeiros, a situação é preocupante. Na segunda-feira, o jornalista Mac Margolis escreveu um artigo no Washington Post apontando que o apelo constante de uma minoria radical de descontentes se recusa a aceitar a derrota de Bolsonaro é um sintoma de que a democracia brasileira corre riscos.

"Nada poderia ser mais preocupante para a maior democracia da América Latina onde, 37 anos depois de derrubar a junta militar, os eleitores ainda olham por cima dos ombros", alerta. "O desafio para Lula, e para o Brasil, não é apenas manter os militares fora da política; trocar generais por ministros civis é a parte fácil. A questão maior é como manter a política fora das Forças Armadas, mesmo quando guerrilheiros desolados imploram por resgate aos soldados".

Com a anuência de Bolsonaro, as manifestações de fanatismo e vandalismo se alastraram como fogo pelo país nas duas últimas semanas de novembro. Em um intervalo de dias, o país assistiu a ameaça de um homem armado ao vice-presidente eleito Geraldo Alckmin, ataques com tiros em um ônibus escolar em frente a um quartel que concentrava atos golpistas no Paraná, o incêndio de ônibus, tiros em caminhões da empresa do ex-ministro da Agricultura Blairo Maggi no Pará.

Na semana anterior, houve um ataque a uma equipe de jornalistas em frente da Academia Militar das Agulhas Negras em Resende (RJ) e tiros foram disparados contra a fachada de um bar considerado "de esquerda" em Brasília. Mas também houve um caso mais grave: a convocação, por parte de um bolsonarista, de atiradores para impedir a diplomação do presidente eleito Lula no próximo dia 12 de dezembro.

"Gostaria de pedir ao agronegócio, aos empresários, que deem férias aos caminhoneiros e mandem os caminhoneiros para Brasília. São só 15 dias, não vai fazer diferença. Também pedir aos CACs, atira-

dores que têm armas legais… Somos 900 mil atiradores no Brasil hoje, venham aqui mostrar presença", disse o homem, em vídeo filmado em frente ao quartel-general do Exército em Brasília.

AMEAÇAS CLARAS O sargento Ronaldo Travassos, lotado no GSI, foi flagrado em vídeo fazendo ameaças explícitas contra o presidente Lula

No último dia 30, o PT acionou o Supremo Tribunal Federal com pedido para que o primeiro sargento Ronaldo Ribeiro Travassos, que integra o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República seja investigado por ameaças a Lula e seus eleitores. Travassos é suspeito de incitação e apologia à prática de crimes contra o resultado eleitoral e incentivo às práticas de atos contra as instituições democráticas.

O militar foi flagrado em vídeo estimulando atos em frente a quartéis das Forças Armadas, questionando o resultado das urnas. Na gravação, ele chega a afirmar: "Eu tenho certeza que ele (Lula) não sobe a rampa". O PT se diz preocupado com a escalada golpista e violenta do bolsonarismo, que já tem produzido mortes e provocado situações de grave violência.

O GSI, por meio de nota entregue à *Folha de S.Paulo*, disse que não é sua competência "autori-

zar servidores para que participem de qualquer tipo de manifestação" e que "as supostas declarações demandadas são de responsabilidade do autor em atividade pessoal fora do expediente". O PT anunciou que vai convocar o general Augusto Heleno, chefe do GSI, a comparecer à Câmara para prestar esclarecimentos.

PT ACIONOU O SUPREMO PEDINDO QUE SARGENTO DO GSI SEJA INVESTIGADO POR AMEAÇAS A LULA E A PETISTAS EM ATOS NO QUARTEL EM BRASÍLIA

A bancada protocolou requerimentos na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, mas também nas comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e Constituição, Justiça e de Cidadania.

O objetivo é que o general preste esclarecimentos em cada uma delas sobre a transgressão disciplinar do militar bolsonarista lotado em seu gabinete. Militar da ativa está impedido de participar de manifestações político-partidárias. O artigo 142 da Constituição de 1988 proíbe a filiação de militares da ativa a partidos políticos. No mesmo sentido, o artigo. 45 do Estatuto dos Militares (Lei 6.880/1980) veda "quaisquer manifestações coletivas, tanto sobre atos de superiores quanto as de caráter reivindicatório ou político".

No video e áudio obtidos pela *Folha*, Travassos é explícito: "Nos precisamos saber quem é quem porque a guerra civil vai rolar, mermão. Se precisar, mermão, um patriota eu vou defender. Se o meu irmão faz o L é tiro na cabeça. Não to falando isso de brincadeirinha não, gente. É sério. Quem faz o L é terrorista gente. Tem que morrer mesmo", diz.

Reprodução

EXPLICAÇÕES DO GSI PT quer ouvir o general Augusto Heleno sobre a conduta do militar que ameaça a posse de Lula e quer dar tiro em petista

O bolsonarismo extremista segue em marcha acelerada ao radicalismo inconsequente. Na última semana, jornalistas do site Metrópoles flagraram os manifestantes pedindo a prisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, em frente ao Forte Apache, em Brasília. "Ô, Xandão, seu lugar é na prisão", entoaram. O ministro é alvo constante de ameaças. De impeachment à prisão.

Há dias, o *Metrópoles* flagrou o blogueiro Oswaldo Eustáquio no acampamento localizado no Setor Militar Urbano. Ele foi preso há meses por ordem de Alexandre de Moraes, no âmbito do inquérito de atos antidemocráticos. No QG, o jornalista foi abordado por manifestantes e disse que Bolsonaro acompanha, cotidianamente, a movimentação em frente ao quartel, por meio das redes sociais.

"O presidente está assistindo todo dia à gente. O advogado dele, o [Frederick] Wasseff, disse que o presidente chega em casa, vai bem nervoso ligar para ver a gente, porque ele ama a gente", disse o jornalista. Apesar do incentivo, nem tudo são flores na vida dos radicais. Na última semana, uma mensagem a Bolsonaro foi feita por um dos acampados no quartel de Brasília. "Me encontro

a [sic] 30 dias parado na frente de quartéis. Cago na sarjeta, minha esposa me deixou e levou meus 2 filhos pequenos, perdi meu emprego e devo 2 mil ao meu primo", disse uma pessoa.

Outro manifestante: "Senhor presidente estou a 23 dias na frente do quartel general na minha cidade apenas esperando pela sua ação em definitivo. Perdi meu emprego, meus familiares estão contra mim, mas não vou sair daqui porque eu amo essa Nação".

Enquanto isso, no início da semana, viralizou a imagem do deputado Eduardo Bolsonaro, acompanhado da esposa, brindando com amigos durante uma partida de futebol na Copa do Mundo, realizada no Catar. Flagrado na esbórnia, o deputado disse que foi àquele país entregar pendrives sobre a "situação do Brasil".

"Nesses pendrives aqui tem videos em inglês explicando a situação do Brasil", tentou justificar o parlamentar, nas redes sociais, onde vem apanhando de bolsominions. "Eu espero que vocês não creiam que aqui só se fala em Copa do Mundo. Só para lembrar para vocês que a FIFA tem mais membros que as próprias Nações Unidas. A imprensa inteira está aqui". •

ASSASSINO DE ARRUDA VAI A JÚRI POPULAR

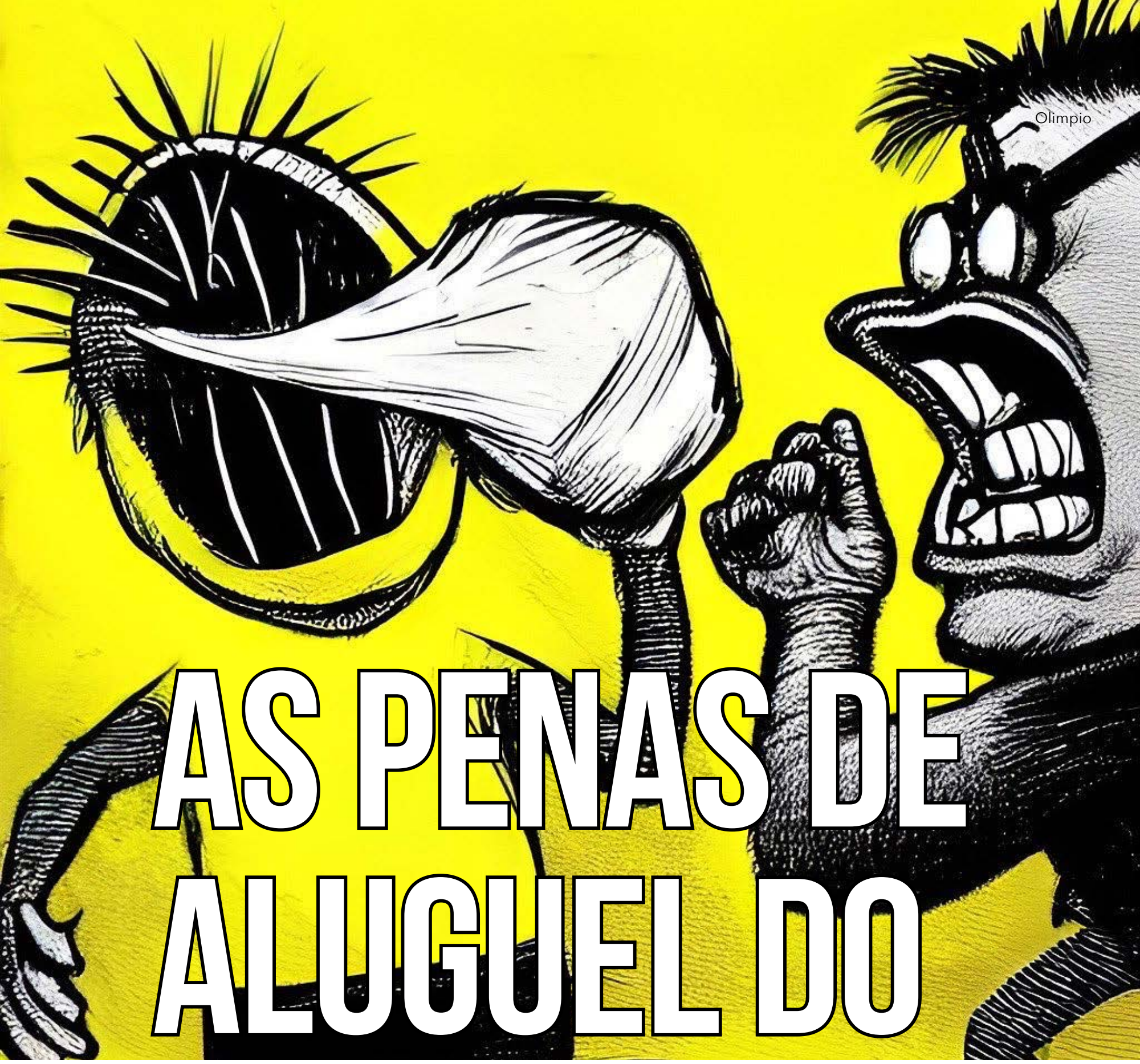
A Justiça do Paraná acolheu na quinta-feira, 1º, denúncia contra o agente penitenciário Jorge Guaranho, que virou réu sob acusação de matar o petista Marcelo Arruda em Foz do Iguaçu (PR), em 9 de julho. Arruda comemorava o seu aniversário de 50 anos com a família e amigos em uma festa temática com decoração do PT e do então candidato a presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O petista também era tesoureiro do diretório municipal do partido.

Guaranho invadiu o aniversário e atirou contra o Arruda, que acabou morrendo. Na ação, o petista reagiu e efetuou disparos contra seu agressor. Ele ficou ferido e foi internado. Dias depois, teve prisão preventiva decretada pela Justiça.

O juiz Gustavo Germano Francisco Arguello, da 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, aceitou o pedido do Ministério Público do Estado do Paraná e acolheu a denúncia contra Guaranho. Também decidiu que o policial penal vai a júri popular.

O magistrado justificou sua decisão de acolher a denúncia alegando que foi "demonstrada a materialidade e a presença de indícios de autoria" do crime, elementos suficientes para dar prosseguimento ao caso.

Arguello apontou que a provável motivação do crime indica uma "personalidade conflituosa, beligerante e intolerante" de Guaranho, que teria invadido a festa "a fim de antagonizar e confrontar". •



AS PENAS DE ALUGUEL DO FASCISMO

A fina flor do golpismo na mídia agora está fora dos jornalões. Augusto Nunes, Rodrigo Constantino, Alexandre Garcia e Guilherme Fiúza estão nas trincheiras da internet para destilar ódio e ataques à democracia. Mas posam de liberais-conservadores

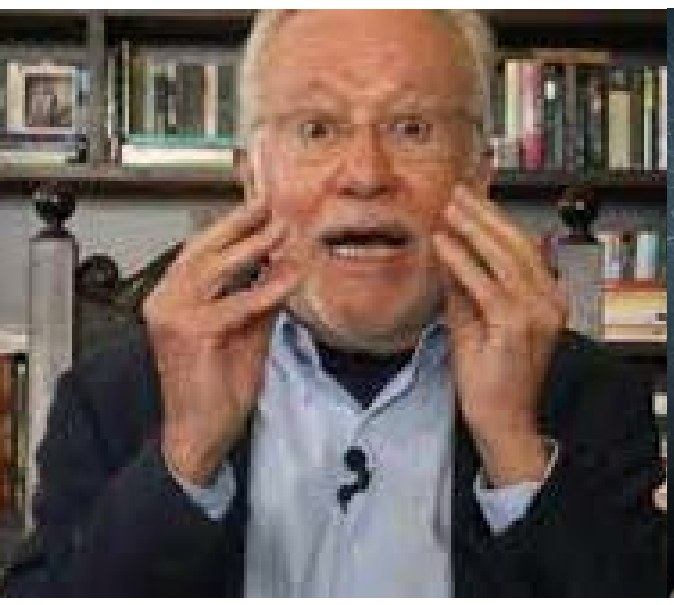
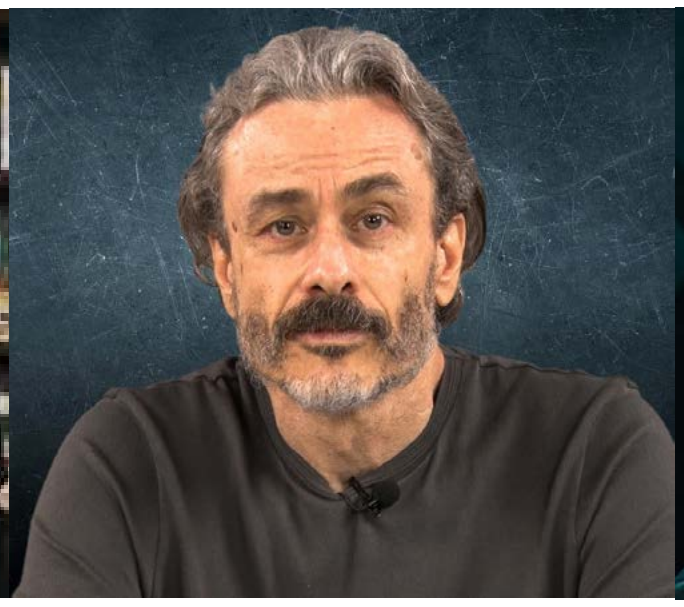
Guto Alves

O que antes enfrentávamos como uma imprensa institucionalizada e alinhada ao neoliberalismo, em conglomerados de mídia e seus veículos, cedeu espaço a um grupo de jornalistas radicalizados à extrema-direita brasileira, criando um nicho de leitores-eleitores que passaram a enxergar o país pela lente de uma insurreição golpista.

A resposta, tardia, quando impõe limites constitucionais à propagação de notícias falsas travestidas de opinião e a mobilizações digitais que insuflam atentados à democracia e alegam fraude nas eleições mesmo sem apresentar provas, agora é chamada de "ditadura da toga" e alimenta atos antidemocráticos pelo país.

O modus operandi é um perigoso jogo de versões para entrar em uma queda de braço com o Judiciário. Ao incendiar brasileiros, com plena consciência de estarem cometendo crimes, sabem que haverá reação e a isso chamam de censura.

Com o verniz de jornalismo, estes personagens dão a chancela a um outro lado do jogo golpista: os influenciadores digitais. Muitos usam veículos e jornalistas que assim se comportam para dar crédito a atos antidemocráticos em todo o país, sempre com a chancela da "fonte confiável e isenta", se opondo à cobertura factual de veículos tradicionais, que agora são "vendidos e de esquerda".

VENENO NA WEB Alexandre Garcia, Guilherme Fiúza e Rodrigo Constantino não têm preocupação em propagar o ódio à esquerda, defendem o bolsonarismo de maneira doentia e alimentam o golpismo sem dó

O golpismo dá lucro

No início de novembro, o dono do grupo Jovem Pan, Antônio Augusto Amaral de Carvalho Filho, o Tutinha, afirmou: "a desobediência civil não sairá do meu bolso". E anunciou a demissão de Guilherme Fiuza, Augusto Nunes, Caio Coppolla e Carla Cecato, que chegou a fazer comerciais eleitorais para Jair Bolsonaro. Adrilles Jorge, ex-BBB e comentarista político da emissora, já havia pedido afastamento para concorrer nas eleições a deputado federal pelo PTB de São Paulo. E não foi eleito. Recentemente, em solidariedade aos colegas golpistas, as ex-jogadora de vôlei Ana Paula Henkel, outro nome forte no golpismo midiático, pediu demissão da emissora.

Curioso notar que, até o momento do fim do pleito, Tutinha não tinha preocupação em "financiar" a desobediência civil". Pelo contrário. Ele lucrou. De acordo com Guilherme Ravache, do UOL, a Jovem Pan, alinhada a Bolsonaro, viu seu faturamento crescer 30% desde 2021. Um salto de R$ 77,8 milhões para R$ 101,6 milhões.

Ainda segundo o colunista, o aumento dos ativos da empresa no período também chama atenção. Em 2020, o valor era de R$ 104,5 milhões, mas saltou para R$ 134 milhões no ano seguinte. Já o lucro líquido cresceu de R$ 9 milhões para R$ 15,7 milhões. Ou seja, a desobediência civil para Tutinha era um negócio. Com Bolsonaro presidente, e concorrendo ao pleito, valia a pena o risco.

Os pistoleiros da mídia

O time barra pesada conta com nomes como Guilherme Fiuza, Rodrigo Constantino, Augusto Nunes, Alexandre Garcia, Paulo Figueiredo, J.R. Guzzo, Flávio Gordon (conta retida no Twitter), Ana Paula e Carla Cecato.

Juntos, essa turma soma, em todos seus canais de comunicação, como Instagram, Twitter e YouTube, um total de 20,1 milhões de seguidores. Além da

audiência que alcançam nos veículos que ainda lhes dão espaço. Isso gera lucro, além do caos, graças à monetização de canais e assinaturas pagas.

E o espaço só cresce. No Telegram, por exemplo, Paulo Figueiredo tem 133 mil inscritos, a quem alimenta diariamente com mensagens golpistas e republica seu conteúdo proveniente de outros canais. No mesmo ambiente, Guilherme Fiúza tem quase 22 mil inscritos e Flavio Gordon, 9 mil.

COM BOLSONARO, A JOVEM PAN VIU SEU FATURAMENTO CRESCER 30% DESDE 2021. E O LUCRO QUASE DOBROU. TUTINHA GANHOU DINHEIRO COM O GOLPISMO

Enquanto alguns permanecem na Jovem Pan, como é o caso de Paulo Figueiredo, que diariamente incendeia o golpismo, outros demitidos foram em busca de novas casas para destilar o mesmo discurso de sempre: eleições fraudadas, incentivo a uma cobrança de ação das Forças Armadas, ataques a Lula e a todos que se opõem ou criticam o bolsonarismo.

Além de seus próprios canais e espaços, encontraram guarita em veículos como a revista Oeste, o "portal" *Terra Brasil* e jornais como *O Povo* e *Gazeta do Povo*, porta-estandartes do fascismo verde-amarelo, onde encontram livre espaço para incendiar o caos e a desordem no país.

Na nova casa, a revista *Oeste*, Guilherme Fiuza, Ana Paula Henkel e Augusto Nunes criaram um programa pelo YouTube chamado "Oeste Sem Filtro", com uma nova integrante, a jornalista Paula Leal – o nome do programa contém uma apro-

ximação trágica a outra jornalista que promove desinformação e já comandou o "Sem Censura", na TV Brasil: Leda Nagle, que tem 1,34 milhões de inscritos em seu canal no YouTube.

Na mesma revista, além dos já citados, Guzzo, ex-editor de *Veja,* nos anos 80, que chegou a afirmar na nova casa que o ministro Gilmar Mendes é líder de "facção pró-crime" e assinou uma capa dizendo que "Lula está de volta à cena do crime", segue firme. Também lá, outras penas de aluguel se colocam como extremistas. Caio Coppola, Flávio Gordon e Constantino assinam como colunistas. Apesar das diárias incitações golpistas e incisivas tentativas de questionar o resultado das eleições, se dizem não de extrema-direita, mas "liberais-conservadores".

Se hoje adotam a antítese do jornalismo, mas se dizem o suprassumo da isenção, fazem parte de um covil que propaga ódio e uma realidade paralela conspiracionista, nomes como Alexandre Garcia, Guilherme Fiuza, Augusto Nunes e Rodrigo Constantino já fizeram parte da grande mídia. Hoje a atacam como "parte do sistema" e "esquerdista".

As serpentes se voltam contra o ninho que lhes deu o espaço quando moderados. Se antes a imprensa gozava de prestígio, mesmo abraçando o golpismo velado, hoje concorre com a beligerância de quem se diz jornalista e sofre com a retaliação de milhões de seguidores da desinformação. Nada é por acaso. A pergunta que fica é: há um caminho reverso para detê-los? •

Divulgação

ACAMPAMENTO Em Brasília, atos em frente ao QG já duram um mês

MPF INVESTIGA FINANCIADORES DOS ATOS

Empresários estão por trás dos acampamentos antidemocráticos e caíram na mira dos procuradores da República. Os protestos já duram mais de um mês

Procuradores da República estão investigando os empresários que estão financiando os atos antidemocráticos em Brasília e outras capitais. O acampamento em frente ao quartel do Exército no Setor Militar Urbano, a 8 km do Palácio do Planalto, conta com refeições gratuitas, banheiros químicos e uma estrutura. O procurador federal dos Direitos do Cidadão, Carlos Alberto Vilhena, já está apurando o caso.

As manifestações bolsonaristas, em que se prega um golpe militar para impedir a posse do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva e a prisão de ministros do Supremo Tribunal Federal, acontecem em frente ao QG. O MPF diz que as manifestações têm "um caráter antidemocrático, e até mesmo criminoso, de pessoas que buscam a ruptura da ordem constitucional". A avaliação é que incitamento da animosidade das Forças Armadas contra os poderes constitucio-

nais configura crime.

A permanência de bolsonaristas nas imediações do QG é bancada por empresários. Há duas semanas, um empresário maranhense, da cidade de Barra do Corda (MA) chegou à capital federal trazendo dois ônibus com "patriotas" para reforçar a presença. Outros ônibus vindos de outros pontos do país também se deslocaram para a capital nas últimas semanas.

Reportagem do site Metrópoles destacou que o acampamento tem estrutura cara, com barracas, tendas, alimentação gratuita, águas e refrigerantes, banheiros químicos e equipamentos de som. Apesar do pedido de contribuição financeira, a maior parte dos alimentos vem de doações de empresários.

Desde o início de novembro, os manifestantes pedem a "intervenção constitucional" do Exército no resultado eleitoral, fomentando discursos de ódio e impedindo o trânsito de veículos e a passagem de pedestres em frente ao QG. O Exército não condena nem pede a desobstrução do acampamento.

Carros, caminhonetes e caminhões com carne, frango, frutas e outros itens chegam diariamente. Empresários, autônomos, aposentados, grupos armamentistas e militares reformados, a maioria branca e de alto poder aquisitivo, compõem o perfil principal de bolsonaristas. •

Reprodução

CRIMES Em Mato Grosso, bolsonaristas atearam fogo em caminhões que tentaram furar bloqueos em rodovias

A VIOLÊNCIA EXTREMISTA EXPLODIU

Em Rondônia, caminhão avança sobre acampamento bolsonarista e atropela manifestante. No Mato Grosso, terroristas foram presos por atos violentos e ataques

Os atos promovidos pelo bolsonarismo descambaram para a violência nas últimas semanas em diversos pontos do país, como Rondônia, Mato Grosso e Santa Catarina. Em Rondônia, na última semana, o motorista de um caminhão avançou sobre um acampamento de apoiadores do presiden-

te Jair Bolsonaro na rodovia BR-364, e atropelou uma pessoa.

Segundo a Polícia Rodoviária Federal, o atropelamento aconteceu no km 234, em Cacoal, numa área de concentração de manifestantes. Vídeos que circulam nas redes sociais mostram os manifestantes antidemocráticos jogando pedras no caminhão, que estaria tentando furar um bloqueio após ser cercado.

Ainda em Rondônia, o Ministério Público do Estado apura o ataque a uma adutora de água e enquadra o caso como um possível crime de terrorismo. A escalada de violência inclui ações lideradas por homens encapuzados e armados, uso de bombas caseiras, saques e depredação de caminhões. Também há registros de ataques a agentes da PRF e a caminhoneiros, incluindo um que foi atingido por pedradas ao tentar furar um dos bloqueios.

Há duas semanas, em Mato Grosso, dois homens suspeitos de atearem fogo em pelo menos três carretas foram identificados e presos. Eles não se conformavam porque os caminhões furaram os bloqueios antidemocráticos na região norte no estado. Um dos homens presos é Olair Correia, produtor rural em Sinop, onde ocorreram as prisões.

O manifestante participava ativamente dos protestos e arrecadava dinheiro para financiar os atos. Ele chegou a divulgar nas redes sociais um vídeo pedindo doações de alimentos para alimentar as pessoas que fazem parte dos atos nas rodovias. O outro é Danilo José Ribeiro de Sousa que tem uma passagem por homicídio, segundo a Polícia Federal.

No início de novembro, em Santa Catarina, policiais foram agredidos com barras de ferro por bolsonaristas em bloqueio ilegal da BR-470. O grupo agrediu agentes da PRF em Rio do Sul, no Vale do Itajaí, no dia 7.

Vídeos que circulam nas redes sociais mostram agentes da PRF e Polícia Militar sendo cercados por manifestantes vestidos de amarelo ou com a bandeira do Brasil. Inicialmente, eles jogaram objetos con-

tra os policiais, incluindo cadeiras de plástico e uma churrasqueira portátil.

Em seguida, um homem com boné amarelo passa a golpear um PRF com uma barra de ferro. Outros manifestantes aparecem e seguem jogando objetos nos policiais rodoviários. •

VIOLÊNCIA EXTREMA Jovem adolescente faz ataque mortal dentro de escola na cidade de Aracruz (ES)

O BOLSONARISMO MATA

Em Aracruz, no Espírito Santo, adolescente mata quatro pessoas e fere outras 12 em duas escolas. Ele era filho de um PM e tinha uma suástica pintada na sua camiseta camuflada

Um ex-aluno armado com uma pistola semiautomática e um revólver matou quatro pessoas e feriu outras 12 em duas escolas em Aracruz, no Espírito Santo. Ele tinha uma suástica presa ao colete e planejava os ataques há dois anos. Os tiroteios ocorreram na sexta-feira em uma escola pública com alunos do ensino fundamental e médio e uma escola particular, ambas localizadas na mesma rua na pequena cidade. Três professores e um aluno foram mortos. Cinco dos feridos permaneceram no hospital.

Cerca de quatro horas depois, o atirador, identificado como um jovem de 16 anos que estudava na escola pública, foi preso pela polícia. O anúncio foi feito pelo governador do Espírito Santo, Renato

Casagrande (PSB). As autoridades policiais não divulgaram o nome do suspeito. O adolescente usava o carro da família para ir de uma escola a outra, e estava com a placa escondida.

Imagens de câmeras de segurança mostraram ele vestindo um colete à prova de balas, segundo o secretário de segurança pública do Espírito Santo, Márcio Celante. O atirador conseguiu acesso à sala dos professores da escola pública após quebrar uma fechadura. Casagrande disse que a arma semiautomática pertencia à Polícia Militar, enquanto o revólver era uma arma pessoal registrada em nome do pai do jovem, um policial militar.

O presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, lamentou a violência. "Com tristeza soube do ataque as escolas de Aracruz, Espírito Santo. Minha solidariedade aos familiares das vítimas dessa tragédia absurda", disse. "E meu apoio ao governador Renato Casagrande na apuração do caso e amparo para as comunidades das duas escolas atingidas".

O senador Fabiano Contarato (PT-ES) também se disse chocado com o episódio. "Uma tragédia se abateu sobre o Espírito Santo hoje. Estamos à disposição das autoridades capixabas para auxiliar no que for preciso diante do ataque a tiros a alunos e professores em escolas de Aracruz. Minha solidariedade às famílias das vítimas. Os culpados não ficarão impunes", disse.

O presidente Jair Bolsonaro não se pronunciou sobre o crime, que abalou o país e ganhou repercussão internacional, com despachos das agências de notícias chamando a atenção para a violência do caso envolvendo um adolescente e a posição do presidente Lula, que chamou atenção para a "tragédia absurda" que machuca o Brasil.

A Associated Press lembrou que ataques em escolas são incomuns no Brasil, mas têm ocorrido com frequência um pouco maior nos últimos anos. "Não muito longe de onde ocorreram os ataques

de sexta-feira, na cidade de Vitória, um ex-aluno entrou em sua escola com explosivos caseiros e facas em agosto. Nenhum aluno ou professor ficou ferido", destacou.

"Um mês depois, na Bahia, outro adolescente usou a arma do pai para atirar e matar um estudante em uma cadeira de rodas", apontou a reportagem da AP. "Os dois agressores se conheceram online em grupos de bate-papo, concluiu a polícia posteriormente".

Bolsonaro tem sido um defensor vocal dos direitos das armas. Especialistas dizem que nos últimos quatro anos mais de 40 decretos facilitaram a compra e o registro de armas pelos cidadãos. O Instituto Sou da Paz, organização da sociedade civil, disse em relatório em setembro que os brasileiros estão comprando mais de mil armas por dia.

"Isso mostra como a cultura da violência é uma realidade para algumas pessoas, principalmente para os jovens. Esse é um problema de saúde mental com o qual a sociedade tem que lidar hoje em dia", disse Casagrande.

No início deste ano, um influenciador de extrema direita e apoiador de Bolsonaro disse em um podcast que um partido nazista deveria ser criado no Brasil, para que houvesse liberdade de expressão. Em 2021, Bolsonaro recebeu em seu gabinete e posou para fotos com a deputada alemã Beatrix von Storch, que é neta de um dos ministros de Adolf Hitler. •

SEM CONTROLE SOBRE ARMAS DE FOGO

Bolsonaro desmantelou a legislação e o resultado é um desastre. Segundo o TCU, 554.875 novas armas de fogo entraram em circulação no país nos últimos dois anos. Não há qualquer tipo de controle, nem do Exército ou da PF sobre a venda de armamentos

Auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e divulgada na quarta-feira, 30 comprova o grave descontrole sobre o número de armas de fogo que entraram em circulação no país nos últimos anos.

Além da já denunciada desordem total no controle de armas, o levantamento do TCU demonstra ainda a falta de confiabilidade dos dados armazenados no Sistema Nacional de Armas, o Sinarm, cuja função é controlar e rastrear as armas de fogo e munição.

A auditoria foi feita após o governo Bolsonaro ter editado decretos facilitando o acesso a armas de fogo e munição. O tribunal constatou o descontrole que já vinha sendo denunciado por veículos da imprensa e por entidades e ONGs que atuam no tema de segurança pública e da violência no Brasil.

Segundo a auditoria, o número total de novas armas registradas atingiu um recorde de 554.875 registros, feitos no país nos últimos dois anos. Os dados mostram que, no período de janeiro de 2020 e dezembro de 2021, houve um aumento de 33,28% no número de armas registradas no Sinarm.

O sistema é controlado pela Polícia Federal. O salto equivale a 366.587 novas armas cadastradas. En-

quanto isso, no Sigma, o sistema de controle sob a responsabilidade do Exército, a alta atingiu o absurdo de 200,83%, ou seja, 188.288 novos armamentos foram adquiridos de forma legal.

E a falta de confiabilidade nos dados dos sistemas de controle de armas não permitiram à área técnica do TCU analisar os impactos na segurança pública. Segundo o tribunal, também faltam regras para o compartilhamento das informações do Sinarm e no Sigma para confrontar os dados existentes no Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas.

Para agravar mais ainda o quadro de descontrole, não existe nenhuma comunicação entre as secretarias estaduais de segurança pública a respeito de apreensão de armas de fogo, bem como não existe, tanto no Sinarm como no Sigma, nenhum registro de transferências de propriedade, extravio e de furtos de armamentos cadastrados.

Outra descoberta feita pela auditoria do TCU diz respeito ao desacordo com as regras do Estatuto do Desarmamento em relação à concessão de porte de arma de fogo por três anos e com abrangência nacional aos chamados CACs – colecionadores, atiradores e caçadores.

De acordo com o TCU, isso "permite o aumento do número de armas de fogo em circulação no país, sem o devido controle por parte do Exército". Essa flexibilização colocada em prática pelo atual governo preocupa o órgão.

Diante da grave situação encontrada pela sua auditoria, o TCU decidiu abrir um novo processo para avaliar a atuação do Exército no controle de armas de fogo baseando-se no Estatuto do Desarmamento e nos regulamentos existentes. • **Agência PT**

Olimpio

PEC PARA RECONSTRUIR O PAÍS

Novo governo propõe ao Congresso uma proposta de emenda constitucional para garantir o pagamento do Bolsa Família e recompor investimentos, gastos em ciência e tecnologia e programas sociais a fim de atender aos mais vulneráveis

O governo eleito liderado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu entrada nesta última semana na PEC do Bolsa Família junto ao Senado Federal, após obter as assinaturas necessárias de parlamentares. Com o número PEC 32/2022, a proposta foi protocolada pelo senador Marcelo Castro (MDB-PI), relator-geral do Orçamento e a bancada do PT assinou a PEC.

A proposta de emenda constitucional propõe retirar do teto de gastos, entre 2023 e 2026, o programa Bolsa Família. Assim, será possível pagar o benefício de R$ 600, bem como implementar um complemento de R$ 150 para cada criança de até 6 anos de idade na família. Sem a PEC, não haveria recurso no Orçamento Federal de 2023 para garantir o benefício de renda aos mais pobres, agravando a fome que já afeta 33 milhões de pessoas.

O líder do PT no Senado, Paulo Rocha (PA), lembra que a PEC também permitirá ao novo governo retomar investimentos públicos. Desde a saída da presidenta Dilma Rousseff da Presidência, por meio do impeachment fraudulento aprovado pelo Congresso em 2016, os investimentos públicos vêm caindo ano após ano.

"Agora os investimentos estão no menor patamar da série histórica, correspondendo a R$ 22 bilhões (0,2% do PIB) no projeto de orçamento de 2023 enviado por Bolsonaro", adverte Paulo Rocha. "Ampliar investimentos públicos é fundamental para induzir investimentos privados e estimular o crescimento da economia".

A PEC prevê que o valor correspondente a até R$ 23 bilhões pode ser retirado do teto de gastos para ser aplicado em investimentos. Os valores só poderão ser utilizados se houver excesso de arrecadação no exercício anterior, na lógica de que as contas públicas melhoraram em relação à previsão inicial, criando um "lastro" para o aumento de investimentos.

A medida também permite retomar as doações ambientais e recursos próprios de instituições federais de educação, que , desde 2016, são limitados pelo teto de gastos, ainda que as receitas sejam oriundas de parcerias. De acordo com o texto da PEC, será possível a utilização integral dos recursos oriundos da realização de parcerias estratégicas nas áreas ambiental e de educação para implementação de projetos federais como, por exemplo, aqueles relacionados ao Fundo Amazônia.

Sobre a retomada dos programas sociais, vale lembrar que p orçamento de 2023 encaminhado por Bolsonaro ao Congresso inviabiliza-os a partir de janeiro, o que agravaria a desaceleração da economia e a crise social em curso. Ao retirar o Bolsa Família do teto de gasto, a proposta abre um espaço no orçamento em 2023 de R$ 105,7 bilhões, recursos do projeto orçamentário alocado em transferência de renda.

Assim, a PEC permite a recomposição dos recursos reduzidos pelo atual governo em sua proposta de orçamento, de importantes programas sociais, como o Farmácia Popular, a merenda escolar, o Minha Casa Minha Vida, além de ações na saúde, como controle do câncer, provisão de médicos. O dinheiro permitirá ainda recompor o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, retomar o programa de cisternas, o Programa de Aquisição de Alimentos e viabilizar verbas para o Sistema Único de Assistência Social, dentre outros setores. • **Agência PT**

LEGADO DE MISÉRIA GERAL

O governo Bolsonaro conseguiu ampliar a miséria no país. O número de brasileiros na pobreza bateu recorde em 2021: 62,5 milhões de pessoas. Isso é quase 1 em cada três brasileiros, segundo o IBGE

O número de brasileiros na pobreza e extrema pobreza bateu recorde em 2021, no segundo ano da pandemia de coronavírus. Cerca de 62,5 milhões de pessoas eram consideradas pobres o equivalente a 29,4% da população, segundo dados divulgados na sexta, 2, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Entre os pobres, nada menos que 17,9 milhões – ou 8,4% da população brasileira – estavam em situação de extrema pobreza, pelos critérios do Banco Mundial. Estes são os maiores percentuais identificados pelo IBGE desde o início da série, que começou a ser realizado em 2012, no governo Dilma.

De 2020 a 2021, houve aumento recorde nos grupos estudados. O número de pessoas abaixo da linha da pobreza cresceu 22,7%, o que representa mais 11,6 milhões de pessoas, enquanto o de pessoas na extrema pobreza disparou 48,2% – ou mais 5,8 milhões.

Em 2021, a proporção de crianças menores de 14 anos abaixo da linha da pobreza chegou a 46,2%, o maior percentual da série. É uma alta recorde, considerando que o percentual caiu ao seu menor nível (38,6%) em 2020.

O Banco Mundial considera em situação de pobreza as pessoas que ganham até R$ 486 mensais per capita e, em situação de extrema pobreza, quem vive

com R$ 168 por mês. A precarização do mercado de trabalho e a extinção do reajuste real do salário mínimo promovidas por Bolsonaro e o ministro Paulo Guedes fizeram o rendimento domiciliar per capita cair para R$ 1.353, também o menor nível desde 2012.

"A recuperação do mercado de trabalho em 2021 não foi suficiente para reverter as perdas de 2020. Isso e a redução dos valores do auxílio-emergencial podem ajudar a explicar esse resultado", diz André Simões, pesquisador do IBGE.

Outros levantamentos já apontavam recorde no número de brasileiros vivendo na pobreza em 2021. Em junho, uma pesquisa da FGV Social, comandada pelo ex-ministro Marcelo Néri, identificou 23 milhões de pessoas na pobreza, 7,2 milhões a mais que em 2020.

As regiões com mais pessoas pobres são o Nordeste (48,7%) e Norte (44,9%). No Sudeste e no Centro-Oeste, o percentual é de 20,6%. O menor percentual foi registrado no Sul (14,2%), segundo dados do IBGE.

Segundo o IBGE, o percentual de pretos e pardos abaixo da linha da pobreza é de 37,7%, praticamente o dobro da proporção de brancos (18,6%). Cerca de 62,8% das pessoas que vivem em domicílios chefiados por mulheres sem cônjuge e com filhos menores de 14 anos também estavam abaixo da linha de pobreza.

No recorte por idade, o percentual de jovens de 15 a 29 anos pobres (33,2%) era o triplo dos idosos (10,4%) em 2021. A renda cai mais entre mulheres e negros. Em 2021, o rendimento médio per capita dos homens foi de R$ 1.393, um valor 5,9% maior do que o de mulheres (R$ 1.315). Na comparação com 2020, houve uma queda no rendimento geral de 6,9%. Para as mulheres, o recuo foi de 7,5% enquanto para homens foi de 6,4%. •

Divulgação

DESMONTE REVERTIDO Em Brasília, Lula diz que bombas deixadas pelo atual governo serão desmontadas

SITUAÇÃO DE TERRA ARRASADA

Bolsonaro não apenas desmontou as políticas sociais criadas por Lula e Dilma. Destruiu o orçamento e permitiu-se usar recursos para disputar reeleição, incorrendo em crime eleitoral e improbidade administrativa. Agora, falta dinheiro na saúde, educação e outras áreas. Lula diz que, apesar disso, o país voltará a crescer

Desde que a transição de governo começou, as equipes que estão no Centro Cultural Banco do Brasil, em Brasília, a 3 km do Palácio do Planalto, são surpreendidas pelo estado de putrefação da máquina pública. Em cada área, há um esqueleto de um programa a assombrar o novo governo. O risco é de um shutdown, o apagão dos serviços públicos.

Não há recursos para a moradia popular, por exemplo, para o ano que vem. Nem dinheiro para o Ligue 180 em 2023, que recebe denúncias de crimes contra as mulheres. Falta dinheiro para programas como o Farmácia Popular. Como se não bastasse isso, o governo Bolsonaro bloqueou R$ 244 milhões em verbas das universidades federais a um mês de acabar a administração. Não há dinheiro para pagar a conta de luz.

Apesar de tudo isso, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva está otimista e reafirmou o compromisso de fazer o país voltar a crescer. "Nós temos o compromisso de gerar empregos, de trabalhar para reduzir a inflação, de aumentar a produção de alimentos, principalmente dos alimentos básicos", disse na sexta-feira, 2. "Vamos consertar este país. Eu vim com essa missão, e nós vamos cumprir essa missão", afirmou.

"Com muito jeito, vamos mudar o país, aprovar a PEC, começar a governar do jeito que estamos acostumados", declarou. Ele diz que está recebendo as informações e, a partir delas, começar a fazer o governo. Ele diz que vai desmontar todas as bombas armadas pelo atual governo. "Não vamos deixar explodir", adiantou.

O quadro de descalabro encontrado pela transição é confirmado por algumas instituições, que já vinham alertando para a política irresponsável conduzida pelo presidente Jair Bolsonaro. A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) denunciou que o corte nas universidades e instituições federais faz parte de um

bloqueio total de R$ 1,6 bilhão no Ministério da Educação.

"Como é de conhecimento público, em vista dos sucessivos cortes ocorridos nos últimos tempos, todo o sistema de universidades federais já vinha passando por imensas dificuldades para honrar os compromissos com as suas despesas mais básicas", destaca a entidade, em nota à imprensa.

O quadro de destruição deixado por Bolsonaro em função dos profundos cortes em diversos programas essenciais exige que a PEC do Bolsa Família seja aprovada com urgência. O apelo é do economista e assessor parlamentar Bruno Moretti. Ele dá detalhes da "herança maldita" de Bolsonaro e explica como a PEC irá abrir espaço no orçamento para a reconstrução das políticas aniquiladas pelo governo atual.

"A PEC parte do pressuposto de que a herança do governo Bolsonaro é um cenário de terra arrasada", aponta o economista. "Vou dar alguns exemplos: temos R$ 25 mil – não são milhões – para obras de prevenção de desastres naturais, R$ 425 mil para compra de transporte escolar, R$ 2,5 milhões para construção de creches, R$ 34 milhões para garantir a habitação popular, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), conta com R$ 48 milhões, isso praticamente paralisa os serviços nos Centros de Referência", explica.

"É uma situação gravíssima", adverte. "A PEC propõe uma recomposição desses orçamentos em áreas como saúde, educação, habitação, investimentos públicos e defesa civil". Ele argumenta que a aprovação da PEC não implicará em desequilíbrio fiscal e que os R$ 175 bilhões que irão custear o Bolsa Família terão impacto "neutro" sobre as despesas, proporcionalmente, ao PIB, mantendo-se em torno de 19%.

"Além disso, temos um cenário para 2023 em que as receitas estão subestimadas", justificou. "Há indícios de que a arrecadação no ano que vem será muito melhor do que o que foi previsto para o orçamento". Portanto, argumenta o economista, "a proposta,

do ponto de vista fiscal, é equilibrada, porque implica em uma despesa neutra como proporção do PIB e o impacto fiscal seria mitigado pela melhoria da arrecadação".

A presidenta nacional do PT, deputada federal Gleisi Hoffmann (PR), que está na coordenação política do grupo de transição, denuncia que o desmonte promovido por Bolsonaro é uma tragédia sem precedentes na história.

"O trabalho do governo de transição vem provando o que denunciamos ao longo desses anos, a ruína do Estado", relata. "Não é só um corte de verbas atrás do outro, o caixa do governo está zerado e Bolsonaro desestruturou as políticas públicas profundamente. Vamos ter que reconstruir tudo".

"COM MUITO JEITO, VAMOS MUDAR O PAÍS, APROVAR A PEC, COMEÇAR A GOVERNAR DO JEITO QUE ESTAMOS ACOSTUMADOS", PROMETE LULA

Gleisi se mostra estarrecida, porque neste ano o governo promoveu a maior gastança no processo histórico recente da nossa democracia. "Houve muito gasto, muito dinheiro executado. E muito mal gasto, muito mal executado", revela. "Essa gente foi muito irresponsável. O que fizeram com o Estado brasileiro é criminoso."

Um exemplo é o orçamento praticamente zerado pelo governo federal, para ações de prevenção e combate a desastres naturais. Para 2023, Bolsonaro reduziu 95% de recursos para obras em encostas. A verba proposta Ministério do Desenvolvimento Regional para o próximo ano é de apenas R$ 2,7 milhões, a menor para esse tipo de obra desde a criação da rubrica, em 2012.

Naquele ano, o governo Dilma destinou R$ 997 mi-

lhões, corrigidos para junho de 2022 pelo IPCA, considerada a inflação oficial, para as obras de prevenção e combate aos desastres provocados pelas chuvas. Neste ano, Bolsonaro deixou R$ 53,9 milhões no orçamento, o que representa um corte de 94,9%.

A falta de dinheiro é praticamente generalizada. Na última semana, os integrantes do grupo técnico da Previdência Social na transição encontraram 5 milhões de processos que estão há mais de 45 dias aguardando análise do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). A situação é caótica.

Enquanto isso, os bloqueios orçamentários promovidos pelo ministro Paulo Guedes este ano, já totalizam R$ 15,3 bilhões. O último, de R$ 5,7 bilhões, anunciado há duas semanas, atinge principalmente os ministérios do Desenvolvimento Regional (R$ 3,943 bilhões), Saúde (R$ 3,780 bilhões) e Educação (R$ 2,368 bilhões). É um absurdo. •

A SEMANA NA HISTÓRIA

2 a 8 de Dezembro

Agência Brasil

7 de dezembro de 2003

CONFERÊNCIA DEFINE AS POLÍTICAS SOCIAIS

A 4ª Conferência Nacional de Assistência Social foi realizada entre 7 e 10 de dezembro de 2003. Organizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, tendo Benedita da Silva como ministra, e pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), o evento reuniu cerca de 1.100 pessoas em Brasília.

A partir das deliberações da conferência, em 2005 foram criados o Plano Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Sua norma operacional básica apresentou detalhadamente as competências de cada órgão federado e os eixos de atuação da assistência social no Brasil.

O SUAS organizaria as ações da assistência social em dois tipos de proteção social. A primeira, a proteção social básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, com oferta de programas e serviços a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A unidade básica territorial passaram a ser os centros de Referência em Assistência Social (CRAS).

A segunda ação, a proteção social especial, passou a ser destinada a famílias e indivíduos em situação de risco, com direitos violados, baseada territorialmente nos Centros de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS).

Esse sistema, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, é composto por poder público e sociedade civil, que participam diretamente do processo de gestão compartilhada.

A partir de 2003, seriam realizadas conferências nacionais de assistência social a cada dois anos, sempre com número recorde de participantes. A partir de 2016, com o impeachment de Dilma, as conferências foram suspensas.

6 de dezembro de 2007

MUTIRÃO PARA EMITIR CERTIDÕES

O Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-Registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica foi lançado pelo governo Lula em 6 de dezembro de 2007.

Embora a obrigatoriedade do registro civil no Brasil tenha sido implantada em 1889, muitos brasileiros, especialmente nas zonas rurais ou periferias dos grandes centros urbanos, ainda enfrentavam dificuldades para obter o registro de nascimento, por falta de equipamentos sociais do Estado.

Até 2014, foram realizados mais de 2 mil mutirões para emissão de certidões de nascimento e de documentação básica no Nordeste e na Amazônia Legal – as regiões com os maiores índices de indivíduos não registrados. Os mutirões se realizaram, em sua maioria, em áreas rurais.

De 2003 a 2009, o índice de sub-registro da população brasileira recuou de 18,9% para 8,2% da população. Ainda segundo o IBGE, de 2004 a 2014 a proporção de bebês não registrados nos cartórios caiu de 17,6% para 1%, indicando a erradicação do sub-registro civil de nascimento no país.

Victor Soares/Agência Brasil

7 de dezembro de 2003

12ª CONFERÊNCIA DE SAÚDE REVIGORA O SUS

Com o lema "Saúde: um direito de todos e dever do Estado – a saúde que temos, o SUS que queremos", é realizada em Brasília a 12ª Conferência Nacional de Saúde entre 7 e 11 de dezembro de 2003. O evento reuniu mais de 4 mil pessoas presencialmente e foi

a primeira conferência a ser transmitida online para todo o país.

A realização da conferência havia sido antecipada para o primeiro ano da nova gestão federal de maneira a produzir orientações ao novo Plano Nacional de Saúde. Pela primeira vez, foram realizadas conferências prévias em todos os estados e em 3.640 municípios, para embasar as discussões da conferência nacional. Essas etapas anteriores mobilizaram novos atores sociais – 71% dos delegados participaram pela primeira vez de uma conferência nacional.

As principais questões debatidas referiram-se à Emenda Constitucional 29 de 2000, que assegura a efetiva co-participação da União, dos estados e municípios no financiamento das ações e serviços de saúde. Em 2002, 17 estados e 41% dos municípios não haviam gastado o que deveriam nas referidas ações e serviços públicos de saúde.

A edição de 2003 da Conferência Nacional de Saúde também apontou para a necessidade de implementar uma política de informação, comunicação e informática para o SUS.

Outras datas históricas

05/12/1911: Nasce em Salvador (BA) Carlos Marighella, líder comunista, escritor e que viria a ser assassinado pela ditadura militar em 4 de novembro de 1969.

02/12/1945: Realizadas eleições para Congresso Nacional e Presidência da República após o fim da ditadura de Getúlio Vargas.

07/12/1952: Nasce em São Vicente (SP) Nicolau Sevcenko, historiador, professor universitário, colunista, escritor e tradutor brasileiro.

04/12/1987: Realizado em Brasília o 5º Encontro Nacional do PT

07/12/1995: Fundação do Partido da Causa Operária (PCO).
06/12/1998: Eleição de Hugo Chavez para presidente da Venezuela.
02/12/2017: Divulgação do Datafolha, que traz Lula na liderança em todos os cenários.

Instituto Lula

MEMORIAL da DEMOCRACIA

Centro Sérgio Buarque de Holanda Fundação Perseu Abramo

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Os textos remetem a um calendário de eventos e personalidades da esquerda que é colaborativo e está em constante atualização. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br

Visite o memorialdademocracia.com.br

HOMENAJE A LOS MILITANTES POPULARES CAIDOS EN LA MASACRE DE LA CALLE CORRO

VICKY WALSH
ISMAEL TURCO SALAME
ALBERTO TITO MOLINAS
JOSE BERTRAN
CARLOS TUCU CORONEL
PRESENTES

OUTRO JULGAMENTO HISTÓRICO

Quarenta e seis anos depois do Massacre da Calle Corro, onde cinco militantes dos Montoneros foram assassinados, militares que participaram da ação são levados a julgamento na Argentina. É mais um caso em que argentinos revisam os crimes do passado

Em 29 de setembro de 1976, as forças repressivas da ditadura argentina (1976-1983) mataram cinco militantes montoneros, entre eles Victoria, uma das filhas do jornalista Rodolfo Walsh, ele próprio dado como desaparecido em 1977. Em dezembro de 2021, após 45 anos de impunidade, a Justiça prendeu 10 militares que participaram da operação, conhecida como chacina da Calle Corro. Agora, o Tribunal Oral Federal 7 de Comodoro Py, integrado por Fernando Canero, Enrique Méndez Signori e Germán Castelli, recebeu o caso, que deve ser julgado em 2023.

Com tanques, caminhões com bazucas, helicópteros, carros e um arsenal, cerca de 150 militares argentinos foram em busca de nove militantes da organização política guerrilheira Montoneros, na casa número 105 da Rua Corro, na Cidade de Buenos Aires. A assessoria de imprensa da organização funcionava lá, secretamente.

Os militares, policiais e bombeiros liderados por Roberto Roualdes, Ernesto el Nabo Barreiro e Héctor Vergez mataram a tiros três dos cinco montoneros naquele dia: José Coronel, Ismael Salame e Ignacio Bertrán. María Victoria "Vicki" Walsh, filha do jornalista Rodolfo Walsh, que compareceu à reunião com sua filha de pouco mais de 1 ano também estava lá. A menina foi sequestrada pelos militares. Depois, a entregaram à família de seu pai. Vicki tinha 26 anos.

O tiroteio durou cerca de uma hora e terminou com os cinco montoneros mortos. Vicki e Alberto Molina Benuzzi decidiram tirar a própria vida gritando: "Vocês não nos matam, nós escolhemos morrer". Atiraram contra si mesmos. A dona da casa, seus dois filhos e o genro acabaram sequestrados. Eram Lucy Matilde Gómez de Mainer, Juan Cristóbal Mainer, Maricel Marta Mainer e Ramón Alcides Baravalle.

Em maio de 2017, a irmã de Victoria, Patricia Walsh, decidiu entrar com uma ação para exigir justiça. Meses depois, Lucía Coronel, filha de José Coronel e María Cristina Bustos, que desapareceu na Escola Su-

perior da Marinha Argentina, onde Lucía foi sequestrada quando bebê, também entrou com uma ação .

Em 14 de dezembro de 2021, foram presos 10 das centenas de soldados que participaram da operação na rua Corro, 105: Ricardo Grisolía, Gustavo Montell, Hugo Eduardo Pochon, Guillermo César Viola, Domingo Giordano, Héctor Eduardo Godoy, Gustavo Juárez Matorras, Danilo González, Abel Enrique Re e Carlos Orihuela.

"Anos de luta de familiares, organizações de direitos humanos e milhares de nós, que continuamos lutando contra a impunidade, conseguiram levar a essas prisões após dezenas de depoimentos e a produção de outras provas", disse Myriam Bregman, advogada que representa Walsh.

Os réus foram identificados com base na análise dos elementos constantes dos autos, entre eles o livro histórico do 101º Grupo de Artilharia de Defesa Aérea do Exército (GADA 101), arquivos pessoais do Exército Argentino, depoimentos de vítimas e familiares das vítimas; de ex-militares e arquivos da Comissão Nacional de Desaparecimento de Pessoas.

O juiz federal Daniel Rafecas levou a julgamento seis ex-integrantes do GADA 101 que participaram da caçada na rua Corro: Carlos Alberto Orihuela, Ricardo Grisolía, Gustavo Antonio Montell, Guillermo César Viola, Héctor Eduardo Godoy e Danilo Antonio González Ramos. Desses, Viola é o mais notório porque presidiu o Sindicato dos Promotores, que reúne militares que se opõem ao andamento dos julgamentos por crimes contra a humanidade.

Inicialmente, Rafecas havia processado dez soldados do GADA. No entanto, a Câmara deixou quatro fora do processo: Hugo Eduardo Pochón, Domingo Giordano, Gustavo Gilberto Tadeo Juárez Matorras e Abel Enrique Re. •

Com informações da Página 12 e Sputnik.

Divulgação

DRAMA Os atores Peter Lanzani e Ricardo Darín interpretam os promotores que levaram ao banco dos réus os comandantes da junta militar da Argentina

COMANDANTES FORAM CONDENADOS

Filme *Argentina, 1985,* que está em exibição no Amazon Prime, conta a história do julgamento das juntas militares que governaram o país após o golpe militar, em 1976

Entre 1976 e 1983, a ditadura argentina matou, eliminou e fez desaparecer 30 mil pessoas. Em abril de 1985, a Justiça da Argentina levou ao banco dos réus os comandantes das juntas militares que conduziram a ditadura sangrenta durante os sete anos. E ninguém acreditava que eles seriam punidos. Não havia precedentes no país.

Pois um tribunal civil processou os nove líderes das juntas militares que governaram o país após o golpe de Estado de 1976, por crimes que iam desde homicídio e tortura até privação ilegítima de li-

berdade. A história do julgamento é retratado no filme Argentina, 1985, do diretor Santiago Mitre, que está disponível no Amazon Prime Video.

O promotor Luis Moreno Ocampo disse à BBC que nem os juízes acreditavam que chegariam ao final do caso. "No próprio Palácio da Justiça, nos olhavam como aberrações, e isso nos gerava uma grande incerteza, não sabíamos se conseguiríamos realizar o julgamento", reforça Gil Lavedra, que tinha 36 anos na época e era o mais jovem dos seis magistrados.

A crueza dos depoimentos de mais de 800 testemunhas foi registrada todos os dias pelos mais de 500 jornalistas que cobriram o julgamento, e isso permitiu o apoio da opinião pública que havia se mostrado antes reticente. "Todos os dias era como se um prédio tivesse caído em cima de você. Você saía de lá meio destruído. Tudo o que foi dito era tomado pelo que era... terrível", relembra o jornalista Marcelo Pichel.

O filme 1985 gira em torno do trabalho do Ministério Público. O promotor principal era Julio César Strassera, seu vice era Luis Moreno Ocampo, e – nas palavras deste último – eles foram apoiados por um grupo muito particular. "Era uma equipe de jovens, porque eu tinha 32 anos, mas na equipe de assistentes, o mais velho tinha 27 e os outros 20, 21 anos. Sete rapazes, dos quais dois eram advogados. Ainda hoje quando nos reunimos, nos perguntamos como fizemos isso", espanta-se. •

O ANO DO LIVRO-REPORTAGEM

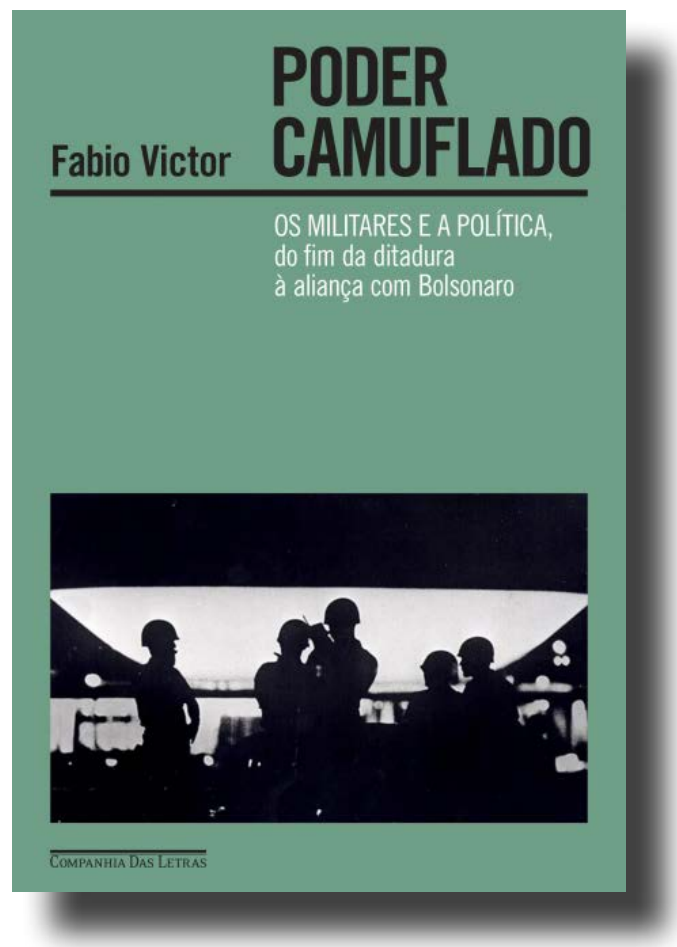
Em 2022, editoras e jornalistas investiram em grandes apurações que esmiuçam as tragédias e os retrocessos vividos pelo Brasil nos trágicos anos Bolsonaro. Eis a nossa seleção das obras

Bia Abramo

Um ano tão denso como 2022 acabou sendo também um ano em que várias editoras investiram em livros-reportagem. Títulos que abordam os negócios da família Bolsonaro e a permanência dos militares na política brasileira desde o final da ditadura até a aliança com Jair têm em comum a necessidade urgente de registrar a história desses anos em o Brasil foi sofreu retrocessos sociais e políticos importantes, a ponto de ver a democracia em risco.

É como se todos esses autores, jornalistas de dife-

rentes veículos e que puderam se dedicar a reportagens extensas e com muitas fontes, precisassem publicar ainda este ano, uma vez que, se houvesse um Bolsonaro 2, em 2023 estaríamos entrando num novo período de trevas. Focus selecionou alguns livros que se destacaram neste ano. Eis a nossa lista.

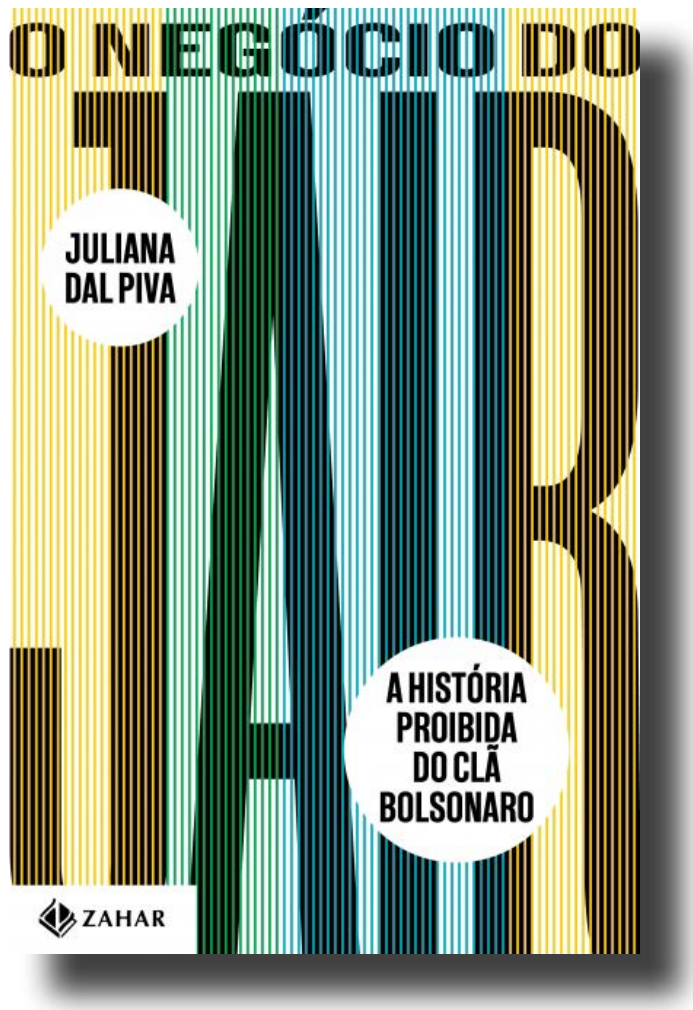


PODER CAMUFLADO - Os militares e a política, do fim da ditadura à aliança com Bolsonaro. *Fabio Victor (Companhia das Letras)*

O jornalista Fabio Victor dedicou horas de pesquisas e dezenas entrevistas com militares para reconstituir um painel de como os militares, que deveriam ter se apeado do poder depois do fim da ditadura, se mantiveram atuantes politicamente por todos os governos eleitos democraticamente desde 1989 até a montagem do governo de Jair Bolsonaro.

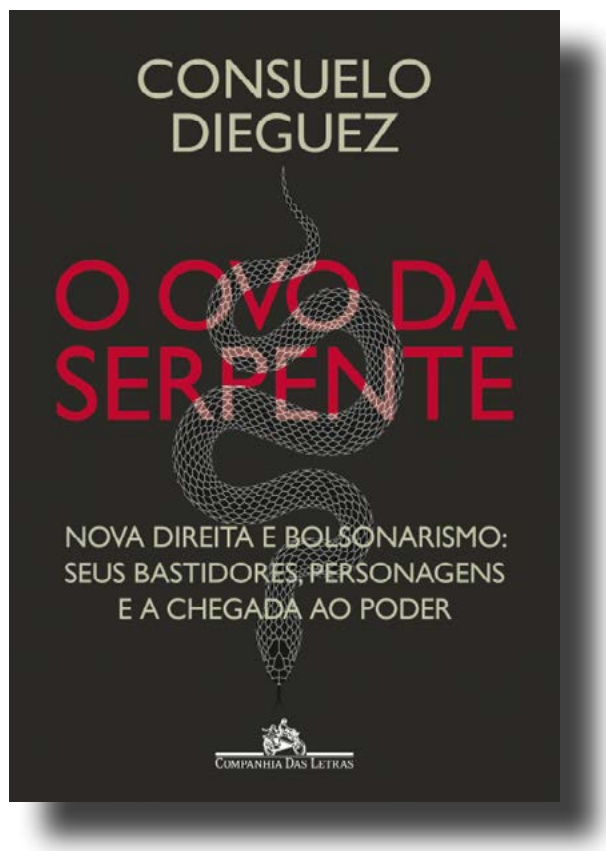
Entre as revelações da extensa reportagem de Fabio Victor, está o fato de que Bolsonaro convidou insistentemente a viúva de Carlos Alberto Brilhante Ustra. Joseíta recusou várias vezes, mas até ficou curiosa: "Marcaram então um almoço no Palácio do Planalto. Joseíta não foi lá para voltar atrás e aceitar o convite, mas para pedir desculpas pessoalmente a Bolsonaro pela desfeita. (...) Embora Joseíta se mantivesse irredutível, seguia com uma pulga atrás da orelha. 'Tenho dúvida se ele ficou pensando que não aceitei trabalhar com ele porque me chamam 'a viúva do torturador.'" Bem pesquisado e escrito, o livro de Fabio demonstra como a presença dos militares na política e nas instâncias decisórias de poder é uma questão urgente, sobretudo depois do tsunami de milicos em cargos de poder com Bolsonaro.

O NEGÓCIOS DE JAIR. A história proibida do clã Bolsonaro. *Juliana Dal Piva (Zahar).*



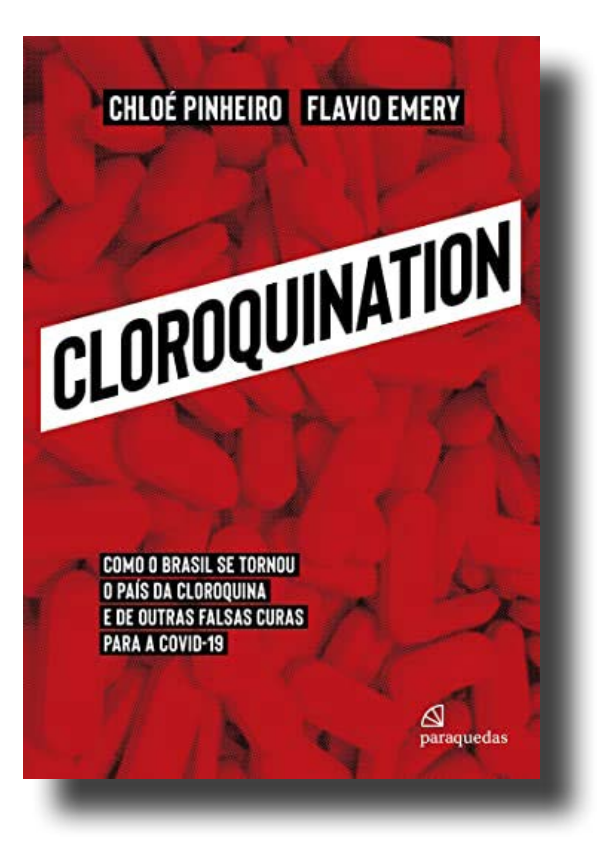
Lançado ainda antes do primeiro turno, o livro da repórter do UOL Juliana Dal Piva é fruto de uma rigorosa investigação que ela conduz há pelo menos três anos sobre o esquema das rachadinhas, nos gabinetes de Jair e dos filhos, da compra de
51 imóveis em dinheiro vivo e dos grandes esquemas de corrupção organizados pelo clã Bolsonaro desde os anos 1990. A apuração envolveu, além dos filhos e Michelle, duas das ex-mulheres, amigos, familiares, advogados e milicianos. Livro importante para entender de forma definitiva que a família que esteve no poder até outubro deste ano, apesar de se eleger com discurso anticorrupção, armou um esquema. O "Negócio de Jair" fez seu patrimônio entrar na casa dos milhões de reais. Por isso, chegou com sua candidatura autoritária, antidemocrática e corrupta, embalado em um projeto de poder fascista, que felizmente, durou apenas um mandato.

O OVO DA SERPENTE. Nova direita e bolsonarismo: seus bastidores, personagens e a chegada ao poder. *Consuelo Dieguez (Companhia das Letras)*



Depois de um livro sobre os personagens da economia brasileira até 2014, Consuelo Dieguez se debruçou sobre a construção da nova direita. Os ativistas que vêm

botando sua cara no sol desde as manifestações de 2013 e que chegou ao poder em 2018. Dieguez, jornalista da Piauí, conduziu dezenas de entrevistas com políticos, empresários, militares, religiosos e produtores agrícolas . Tudo para traçar um panorama do conservadorismo político e econômico que assolou o Brasil nos últimos anos. Excelente perfiladora, a jornalista também traz perfis esclarecedores dos seus principais personagens, além de reconstituir com minúcia as alianças e conchavos que permitiram ao deputado do baixo clero e militar com carreira curta e nada brilhante Jair Bolsonaro ser alçado como candidato em 2018. O mais interessante de "O ovo da serpente" é ter, num só volume, um painel dos diferentes grupos ideológicos que formam a neodireita do Brasil. Mesmo derrotada nas eleições de 2022, essa turma seguirá como força política a ser observada de perto.



CLOROQUINATION. Como o Brasil se tornou o país da cloroquina e de outras falsas curas para a covid-19. *Chloé Pinheiro e Fábio Emery (Kotter)*

O livro da dupla formada pela jornalista Chloé Pinheiro e o farmacêutico Fábio Emery aborda aquela que foi uma das várias tragédias na condução da gestão Bolsonaro diante do coronavírus. Todos vimos o desprezo, os pronunciamentos oficiais que minimizavam a pandemia. E acompanhamos, com angústia a omissão, a irresponsabilidade e o atraso criminoso na compra de vacinas. No centro disso tudo, Jair Bolsonaro, precisando acabar a pandemia quase que por decreto, também se aferrou ao chamado "tratamento precoce", do qual a cloroquina seria o remédio milagroso. Com a ajuda de médicos igualmente irresponsáveis,

um recomendou-se ao povo um coquetel de remédios cuja eficácia contra a Covid-19 era nenhuma. E isso levou Bolsonaro a tornar-se uma espécie de garoto-propaganda da cloroquina. Chloé, repórter especializada em saúde, remonta essa história tenebrosa, que levou milhares de pessoas à morte. Emery contribui como especialista em fármacos, fornecendo a base científica para a denúncia da várias farsas e fake news que constituíram essa página infeliz da nossa história. •

REVOLVER, DOS BEATLES. DE NOVO?

O álbum da mais popular banda de rock de todos os tempos ganha nova versão, remixada por Giles Martin e – acredite! – ainda pode te surpreender. Mesmo que já tenha ouvido o álbum 1 milhão de vezes

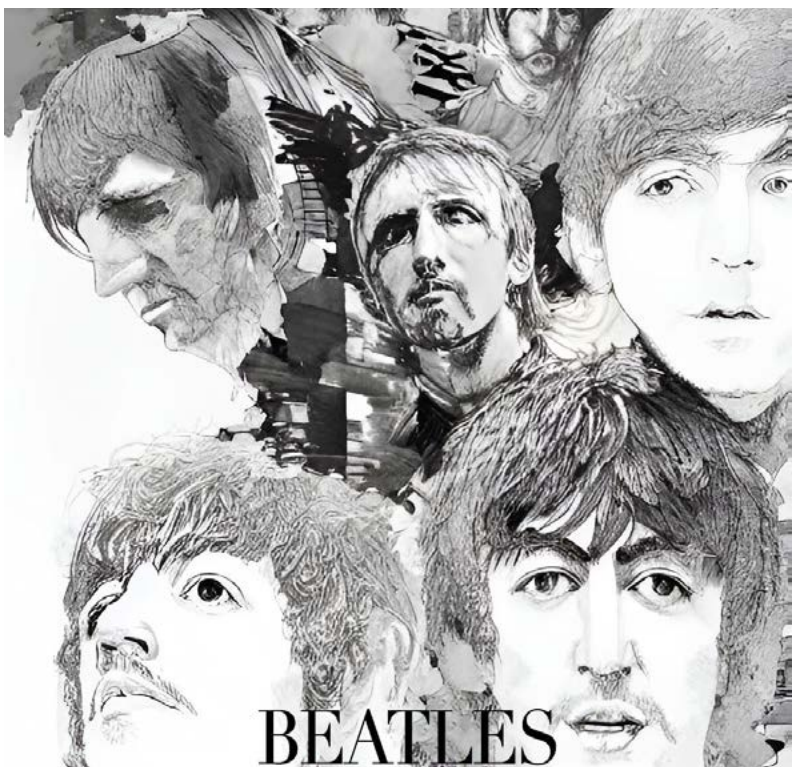
Olímpio Cruz Neto

Para um beatlemaníaco, a última década trouxe alegrias inestimáveis para os fãs da banda de rock mais famosa do planeta. A cada ano, os apaixonados pelos Beatles foram brindados com novas reembalagens de velhos discos – ou "clássicos", para quem curte o pop bretão.

Foi assim com o remix de *Sargent Pepper's*, relançado em 2017. O *Álbum Branco*, em 2018. Ou *Abbey Road*, no ano seguinte. E *Let it Be*, no ano passado. Isso sem falar em *Get back*, o documentário. Agora é a vez de *Revolver*, que chegou ao streaming em 28 de outubro. O disco soa fresco e você vai se surpreender como se tivesse saído agora e não em 1966. Pare o que estiver fazendo e vá ouvi-lo.

A reedição expandida de *Revolver*, um álbum fundamental dos Beatles, vale uma nova audição, atenta, preciosista e curiosa. O álbum ganha agora cinco discos, em CDs ou vinil, que incluem o álbum mono e novas mixagens em estéreo, juntamente com dois discos de faixas de estúdio inéditas, revelando o trabalho em construção dos quatro fabulosos.

Jon Pareles, crítico do *New York Times*, teve a pachorra de se emputecer com o pacote, porque achou que os dois CDs extraídos das sessões são escassos. "Duram apenas cerca de 40 minutos cada, combinando com a versão em vinil do conjunto. Havia espaço para mais", reclama. Ele tem razão.



Olimpio

Os discos são impressionantes, porque revelam em 63 canções como a cabeça de Lennon e McCartney funcionavam, mostram os músicos extraordinários que eram e deixam as bandas *indies* dos anos 90 e 2000 com aquela sensação de que não sabem nada.

O disco 1 é uma remixagem do disco que aprendemos a amar. O segundo e o terceiro discos trazem takes alternativos das faixas, algumas surpreendentes, por que mostram o processo de composição, depuração e lapidação dos quatro, sempre com a ajuda de George Martin.

A primeira faixa é a mais radical: "Tomorrow Never Knows". Tem apenas um compasso da bateria de Ringo Starr e uma linha de baixo com salto de oitava — é um loop de fita -- assim como o som do tambura e os quase gritos de gaivota, que é a risada de Paul, acompanhada de sons orquestrais e guitarras ao contrário que entram e saem da mistura.

Entre o primeiro take 1 e a versão final, a canção sofreu uma metamorfose e você quase pode imaginá-la como um hit feito nos anos 2000 para tocar em uma *rave*. Pareles lembra que o trabalho de estúdio levou apenas três dias entre o primeiro rascunho e a solução final, com a voz de John soando como se ele tivesse gritando no alto do Himalaia.

Há ainda a instrumental original de "Rain", o lado B do single que foi gravado durante as sessões de *Re-*

volver e lançado antes do álbum. Ainda tem as primeiras tomadas de "Paperback Writer", que ganhou o lado A do single.

"Yellow Submarine" se revela como um primeiro lamento de Lennon: *"In the place where I was born/No one cared"* ("No lugar onde eu nasci/ninguém se importava"). Também surpreende a versão orquestral de "Eleanor Rigby", com o octeto de cordas usando frases impressionantes de vibrato e legato, arranjadas por Martin.

Pareles diz que as novas mixagens no *Revolver* expandido, feitas com tecnologia atual e ouvidos do século 21, são um prazer. Isso porque têm mais transparência e uma sensação de espaço mais tridimensional do que as mixagens de 1966. É verdade. E ainda há as versões em mono, que na época eram o padrão, que trazem a banda no auge. Não deixe de ouvir!

PS. E diga obrigado a Peter Jackson. Graças a ele que a tecnologia desenvolvida para *Get back,* permitiram Giles revisitar o álbum e separar cada instrumento e voz e surpreender a gente 56 anos depois do disco ser gravado. •

A LUTA CONTRA O FASCISMO

Organização:

Alberto Cantalice e Pedro Camarão

Chico Diaz • Dilma Rousseff • Fernando Haddad • Frei Betto • Izabella Teixeira • João Manuel Cardoso de Mello • Luis Nassif • Luiz Carlos Bresser-Pereira • Marilena Chaui • Paulo Betti • Rogério Cerqueira Leite • Silvio Almeida • Tereza Cristina

Disponível no site da Fundação Perseu Abramo

/fpabramo.org.br/publicacoes/estante/a-luta-contra-o-fascismo/

História do povo brasileiro

JOSELI NUNES MENDONÇA

Cenas da abolição

Escravos e senhores no Parlamento e na Justiça

FUNDAÇÃO Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Disponível no site da Fundação Perseu Abramo

fpabramo.org.br/publicacoes/estante/cenas-da-abolicao-escravos-e-senhores-no-parlamento-e-na-justica/